



CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA - 8ª REGIÃO

ATA DE REUNIÃO PLENÁRIA

Ata da noningentésima nonagésima sexta reunião Plenária, em convocação ordinária, do Conselho Regional de Psicologia - 8ª Região, realizada no vigésimo quarto dia do mês de outubro de dois mil e vinte e cinco, na modalidade híbrida na Plenária da Sede do Conselho Regional de Psicologia do Paraná (Avenida São José, 699 - Cristo Rei, Curitiba, Paraná) e via Google Meet.

Conselheiras (os) participantes presencialmente: Psic. Cons. Alessandra Sivek Perez (CRP-08/27815); Psic. Cons. Amanda Moses Xocaira (CRP08/34370); Psic. Cons. Carla Chemure Cechelero Slongo (CRP-08/20727); Psic. Cons. Claudia Regina Martins Pastro dos Reis (CRP-08/13638); Psic. Cons. Deisy Maria Rodrigues Joppert (CRP-08/01803); Psic. Cons. Geison David da Silva (CRP-08/28047); Psic. Cons. Gesielene Oliveira de Carvalho (CRP08/17373); Psic. Cons. Gilberto Gaertner (CRP-08/05000); Psic. Cons. Jussara Teresinha Henn (CRP-08/16209); Psic. Cons. Lara Helena de Souza Frasson (CRP-08/33121); Psic. Cons. Luciano Bugalski (CRP-08/11857); Psic. Cons. Luís Eduardo Candido (CRP-08/24122); Psic. Cons. Marina Pires Alves Machado Sfreddo (CRP-08/10216); Psic. Cons. Marly Terezinha Perrelli (CRP08/04561); Psic. Cons. Rachel Gonçalves da Silva (CRP-08/18648); Psic. Cons. Rafael Sfreddo (CRP-08/22359); Psic. Cons. Rafaella de Souza Trento (CRP08/30704); Psic. Cons. Régis Maliszewski da Silva (CRP-08/24079); Psic. Cons. Rosa Maria da Silva (CRP-08/07406); Psic. Cons. Semiramis Maria Amorim Vedovatto (CRP-08/06207); Psic. Cons. Tania Cristina Silva Barbieri (CRP08/04329); **Também presentes presencialmente:** Psic. Angelo Horst (CRP08/17007 - Coordenação Comissão de Ética); Guilherme Augusto de Souza (CRP-08/43246 - Coordenação Financeira); Maurício Cardoso da Silva (CRA-PR 22.261 - Gerência Geral); Psic. Nadia Giacomazzi Silva (CRP-08/24085); Rafaela Gomes da Silva (Assistente da Gerência Técnica); Psic. Vanelise Masquetti Valério Antoniassi (CRP-08/25684 - Gerência Técnica); Havendo quórum, às 16h56 tem início a Reunião Plenária. **Também presentes online:** Psic. Bruno Santos Ramos Cerdan (CRP-08/42058); Psic. Christiane Henriques Ferreira (CRP-08/22399); Psic. Danilo Zeferino Brandão (CRP-08/22055); Psic. Cons. Érika Ribeiro da Silva (CRP-08/28557); Psic. Francismara Aparecida Pedrini (CRP-08/27955); Psic. Cons. Frank da Silva Veiga (CRP-08/18493); Psic. Cons. Gabriela Antunes Soares (CRP-08/38349); Psic. Gelci Nogueira (CRP08/16985); Psic. Cons. Heloisa Christina Mehl Gonçalves (CRP-08/19052); Psic. Cons. Iris Aline da Silva Santos Benedito (CRP-08/27925); Psic. Jean Marcos Dall'onder

Begnini (CRP-08/27732); Psic. Cons. Jéssica Tonioti da Purificação (CRP-08/23528); Joseli de Fatima Wasik (CRA-PR 33.910 - Coordenação Administrativa); Psic. Cons. Josiane de Fatima Farias Knaut (CRP-08/05051); Psic. Jully Annye Gallo Lacerda (CRP-08/26058); Psic. Kamilla Scremim Figueiredo Fanini (CRP-08/10032); Psic. Mariana Cordeiro Portela Franco Stanski (CRP-08/41013); Psic. Cons. Silvio Araujo Vailões (CRP-08/17829); O conselheiro Gilberto, na qualidade de Presidente da sessão, saudou os conselheiros presentes e deu início aos trabalhos. Primeiramente, informou que a lista de presença estava sendo circulada para a devida coleta das assinaturas e solicitou que todos a assinassem. Ato contínuo, declarou formalmente instaurada a 996^a (noningentésima nonagésima sexta) Reunião Plenária Ordinária, realizada no dia 24 de outubro de 2025, com início às 16 horas e 56 minutos.

1. Aprovação de Atas. **1.1. 994^a Plenária de 27 setembro de 2025.** Dando seguimento, o Conselheiro Gilberto submeteu ao plenário o primeiro ponto de pauta, a apreciação e votação da ata da reunião plenária anterior, ocorrida em 27 de setembro de 2025, identificada como a primeira reunião da gestão. Ressaltou que o documento fora previamente disponibilizado a todos os membros para análise via Drive da presente Plenária (link encaminhado na convocação para a Plenária).

Encaminhamento: Após a exposição, colocou a referida ata em votação, questionando se havia alguma objeção ao seu teor. Não havendo manifestações contrárias ou pedidos de retificação por parte dos presentes, declarou a ata da reunião de setembro de 2025 aprovada por unanimidade.

2. Nomeação de pessoas colaboradoras. **2.1. Comissões Permanentes.** Apresentação Coordenação Comissões Temáticas (Nomeadas pelo Cons. Presidente).

2.1.1. CER (Comissão Étnico Racial). Colaboradores: Psic. Alana Araceli Placidino Gonçalves (CRP-08/31846); Psic. Ana Letícia Alves Moraes (CRP-08/26835); Psic. Ana Lucia Ortiz Martins (CRP-08/45516); Psic. Ana Paula Martins de Godoi (CRP-08/43644); Psic. Ariadne Thiele Gabriel (CRP08/41157); Psic. Fansley Cristina Silva (CRP-08/23982); Psic. Francisco Pedro Ramos dos Santos (CRP-08/09370); Psic. Julia Gindre Soreano Lopes (CRP08/32661); Psic. Marli Nunes dos Santos Alves (CRP-08/39048); A Conselheira Marina tomou a palavra e explicou que quando os psicólogos se inscrevem na ficha de interesse das comissões é realizada uma checagem de status do registro profissional (se consta ativo, se há processo ético-disciplinar vigente e se o psicólogo atende os requisitos necessários para participação nas comissões), complementando que os nomes apresentados passaram por uma pré-análise. O Cons. Geison solicitou informação de onde se localiza o formulário de inscrições para as comissões ao que a Cons. Marina informou que a ficha de interesse foi disponibilizada via site. Em seguida, o Cons. Gilberto questionou ao Plenário se haviam objeções aos nomes indicados.

Encaminhamento: Sem objeções do Plenário aos nomes indicados.

2.1.2. CDH (Comissão de Direitos Humanos). Colaboradores: Psic. Beatriz Silva De Araújo

Durães (CRP08/31282); Psic. Guilherme Janz (CRP-08/32645); Psic. Lara Helena de Souza Frasson (CRP-08/33121); Psic. Marina Lima de Souza (CRP-08/32060); Psic. Natalie Brito Araripe (CRP-08/36536); Psic. Thereza D'Espindula (CRP08/04776); Psic. Vithória de Paula Lucas (CRP-08/42297).

Encaminhamento: Sem objeções. **2.1.3. CARPE: (Comissão de Análise para Concessão de Registros de Psicólogo Especialista).**

Colaboradora: Psic. Natália Cesar de Brito (CRP 08/17325).

Encaminhamento: Sem objeções do Plenário ao nome indicado. **2.2. Comissões Temáticas.** **2.2.1. Comissão de Psicologia Hospitalar.**

Coordenadora: Psic. Ana Paula Silveira Sasso (CRP-08/30481); Colaboradores: Psic. Ana Carolina de Campos (CRP-08/27827); Psic. Andreza Teodoro (CRP-08/22184); Psic. Brenda de Moura Bueno (CRP-08/30397); Psic. Carolina Dumke Cascaes (CRP-08/36342); Psic. Caroline da Silva Fava (CRP08/25370); Psic. Gabriela Gomes França (CRP-08/34881); Psic. Henrique Shody Hono Batista (CRP-08/24088); Psic. José Roberto Walczewski Gioppo (CRP08/02973); Psic. Kamile Gonçalves dos Santos (CRP-08/28183); Psic. Luciana Amandio Campos Sales (CRP-08/27176); Psic. Raphaella Ropelato de Souza (CRP-08/10276); Psic. Renato Dias Capello (CRP-08/32350). **Encaminhamento:** Sem objeções do Plenário aos nomes indicados.

2.2.2. Comissão de Avaliação Psicológica. Coordenadora: Psic. Caroline Tiemi Itiyama (CRP-08/29255); Colaboradoras: Psic. Mari Angela Calderari Oliveira (CRP-08/01374); Psic. Vanessa Mascareli Piedade Casaro (CRP-08/35604); **Encaminhamento:** Sem objeções do Plenário aos nomes indicados.

2.2.3. Comissão De Psicologia De Riscos, Urgências e Emergências. Coordenadora: Psic. Ana Paula Amaral (CRP-08/14919); **Encaminhamento:** A Cons. Marly Perrelli solicitou um aparte e informou que realizou a inscrição para ser coordenadora da comissão, via site, no entanto seu nome não constou na lista. Não havendo objeções à nomeação na comissão, incluiu-se ainda o nome da Psic. Marly Terezinha Perrelli como coordenadora da comissão.

2.2.4. Comissão de Mobilidade Urbana e Trânsito: Coordenador:

Psic. Danilo Zeferino Brandão (CRP-08/22055); Colaboradoras: Psic. Cristiane Baecker Avila (CRP-08/11345); Psic. Paula Emanuela Felix da Silva (CRP-08/39618); Psic. Regiane Witiski dos Santos (CRP-08/12638); Psic. Rosângela Bacron (CRP08/04941); Psic. Valeria Cristina Morona (CRP-08/15550). **Encaminhamento:** Sem objeções do Plenário aos nomes indicados.

3. Administrativo. **3.1. Coordenação Financeira.**

3.1.1. Aprovação de inclusão em dívida ativa executiva e administrativa. Apresentação Guilherme. O coordenador financeiro, Guilherme, iniciou a apresentação do ponto de pauta referente à proposta de inscrição em Dívida Ativa Administrativa e Executiva dos débitos de 329 profissionais, relativos às anuidades do período de 2021 a 2024. Informou que o procedimento padrão envolve o envio de dois ofícios de comunicação ao profissional inadimplente e que a não quitação resultaria na inscrição dos nomes no Diário Oficial da União e na subsequente execução fiscal dos débitos. Ressaltou que a aprovação em

plenário é um requisito legal para que a cobrança possa seguir pelos meios judiciais, e que a não observância dos prazos acarretaria na prescrição da dívida e na perda do poder de cobrança por parte do Conselho. Após a apresentação, o conselheiro Geison manifestou sua preocupação, questionando a inclusão da anuidade de 2021, ano impactado pela pandemia de COVID-19, e ponderou sobre o impacto que a inscrição em dívida ativa poderia ter na vida dos profissionais, como o impedimento de prestar concursos públicos e outros direitos civis. Em resposta, Maurício contextualizou que, embora o Conselho Federal de Psicologia (CFP) tenha facultado aos regionais a suspensão da cobrança durante o período pandêmico, as anuidades em questão foram devidamente inscritas como receita em assembleia orçamentária, tornando sua cobrança uma obrigação legal para não incorrer em renúncia de receita. Argumentou que a medida visava preservar o poder legal de cobrança do Conselho e de que a inscrição em dívida ativa ocorre apenas quando se esgotam todas etapas de recobrança, notificação e renegociação dos débitos. O coordenador financeiro, Guilherme Souza, complementou a justificativa sob a ótica técnica e legal, explicando que o CRP-PR é fiscalizado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e que a omissão na cobrança poderia ser interpretada como uma irregularidade fiscal. Adicionalmente, informou que a inscrição em dívida ativa é o primeiro passo para uma conciliação préprocessual, na qual são oferecidas ao profissional opções para a regularização do débito. Enfatizou a urgência da medida, pois a não inscrição da anuidade de 2021 dentro do prazo legal resultaria na prescrição da mesma, tornando-a incobrável. O conselheiro Luciano acrescentou que a não formalização da dívida poderia acarretar em responsabilização para os próprios conselheiros por omissão. O conselheiro Rafael Sfreddo solicitou que ficasse registrado em ata que a cobrança da anuidade de 2021 foi uma decisão da gestão da época, que optou por não acatar a faculdade de suspensão oferecida pelo CFP. A conselheira Carla, justificando seu voto favorável, argumentou pela isonomia com os profissionais que mantiveram suas obrigações em dia. A conselheira Jussara corroborou, considerando injusto com os adimplentes a inércia na cobrança daqueles que, mesmo após longo período, não buscaram a negociação. Guilherme retomou a palavra e explicou que o débito do profissional com o Conselho persiste independentemente da inscrição em dívida ativa, e que a não realização do procedimento apenas resultaria na perda do poder de cobrança judicial e de recursos financeiros já despendidos em notificações administrativas. **Encaminhamento:** Diante da urgência, com o prazo limite para as execuções fiscais sendo novembro, o conselheiro Gilberto propôs a realização de uma votação com três opções: 1) Aprovar a publicação e inscrição em dívida ativa de todos os débitos; 2) Não realizar a cobrança específica da anuidade de 2021; 3) Solicitar um parecer jurídico e delegar a decisão final à diretoria. Submetidas à votação, a primeira opção foi aprovada com 13 votos,

contra 6 votos para a segunda opção e 4 para a terceira. Ao final, o conselheiro Gilberto questionou se algum membro gostaria de alterar seu voto. Não havendo manifestações, ratificou-se assim o resultado da votação pela inscrição em Dívida Ativa dos débitos do período de 2021 a 2024.

4. Diretoria. 4.1. Alterações nas Resoluções. 4.1.1. Alteração na resolução 1/2023. Após a transição da pauta, o conselheiro tesoureiro, Luciano Bugalski, assumiu a palavra para apresentar a proposta de alteração da resolução vigente (nº 1/2023), que regulamenta a concessão de diárias, jetons e auxílio-representação, bem como as normativas da Comissão de Ética (COE). Justificou a necessidade da revisão argumentando que a prática estabelecida pela resolução em vigor, que previa o pagamento de diárias para os dias de deslocamento de ida e de retorno, além do dia do evento em si, tornava a realização de atividades presenciais financeiramente inviável para o Conselho. Detalhou que, sob a regra atual, a participação de segue conselheiro em um evento de um único dia resultava frequentemente no pagamento de três diárias completas. Ponderou que, embora tal modelo pudesse ter sido sustentável para a gestão anterior, composta por doze conselheiros, ele se mostrava insustentável para a nova composição de trinta conselheiros, além dos colaboradores que também se enquadram nas mesmas regras. A proposta central da nova resolução, portanto, era restabelecer o pagamento da diária exclusivamente para o dia da atividade que exige pernoite e introduzir o pagamento de meia diária para atividades que não demandam pernoite. Ao tentar exemplificar a aplicação da regra, mencionando a conselheira Semiramis e a conselheira Carla, o coordenador financeiro, Guilherme Souza, interveio para explicar que seria estabelecido um raio de oitenta quilômetros a partir da cidade de residência do conselheiro ou colaborador: para deslocamentos de até oitenta quilômetros, seria pago o auxílio-representação, por se entender que não se trata de uma viagem longa; para distâncias superiores a oitenta e um quilômetros, seria concedida meia diária (caso o participante pudesse ir e retornar no mesmo dia, sem pernoite) ou diária integral (caso o pernoite fosse necessário). Informou, ainda, que o valor da diária possui natureza indenizatória, destinada a cobrir despesas com alimentação e hospedagem, e não se confunde com o custo do transporte (passagem), o qual continuaria a ser solicitado separadamente via formulário de logística, seja para reembolso ou para aquisição direta pelo Conselho. O conselheiro Luciano, retomando a palavra, reforçou o significativo impacto econômico da mudança, estimando que, para quinze conselheiros recebendo três diárias, a despesa seria reduzida para apenas uma diária cada. A conselheira Semiramis solicitou um aparte para contextualizar a justificativa de economicidade. Explicou que a gestão anterior, embora com apenas doze conselheiros, convocava presencialmente representantes de trinta e uma comissões, além de outros colaboradores, o que elevava o número de participantes com direito a diárias para cerca de cinquenta pessoas por evento. Contrastou

esse modelo com a nova prática, na qual os representantes de comissões só serão convocados presencialmente se tiverem pauta específica, podendo participar das demais reuniões de forma remota e aberta, sem custos de deslocamento. Concluiu que, embora o número de conselheiros tenha aumentado, o gasto total seria teoricamente menor sob a nova lógica de economicidade. O conselheiro Luciano complementou que, independentemente da comparação, o objetivo principal da medida era disciplinar os gastos, estabelecendo o pagamento de uma diária por evento em vez de três, além de organizar os demais pagamentos correlatos, como passagens e auxílio embarque e desembarque, todos detalhados na minuta da resolução. A conselheira Marina, por sua vez, informou que a proposta não visava alterar o valor nominal da diária, que seria mantido em R\$ 838,65, conforme pactuado com o Conselho Federal de Psicologia. O ponto principal, segundo ela, era que a nova resolução representava um retorno à prática histórica de todas as gestões anteriores, que sempre previram o pagamento de uma única diária por evento, revertendo assim uma alteração implementada exclusivamente pela gestão anterior. A Cons. Gesielene fez um questionamento sobre a vigência da nova regra. O conselheiro Luciano respondeu que a plenária em curso ainda operava sob as regras da resolução anterior. O conselheiro Gilberto, por questão de ordem, informou que qualquer alteração só passaria a vigorar após a aprovação do plenário, portanto, na presente ocasião os pagamentos seriam mantidos. Retomando, o conselheiro Luciano confirmou, respondendo ao conselheiro Geison, que a resolução ainda em vigor era a de nº 1/2023. Respondendo a um último pedido de informação sobre o critério de distância, Guilherme Souza reiterou que deslocamentos de até oitenta quilômetros geram direito ao auxílio representação, enquanto distâncias superiores a oitenta e um quilômetros gerariam direito a meia diária ou diária integral, a depender da necessidade de pernoite. **Encaminhamento:** Após todas as elucidações e não havendo mais questionamentos ou objeções manifestadas pelos presentes, o conselheiro Gilberto submeteu a nova resolução à votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade pelo plenário.

4.1.2. Portaria Suprimento de Fundos. O conselheiro Luciano iniciou a apresentação do ponto referente à nova portaria de suprimento de fundos. Explicou que o suprimento de fundos consiste em um recurso financeiro repassado tanto à Sede do Conselho quanto às suas Subsedes, com valores estipulados em R\$ 3.000,00 para a Sede, sob a responsabilidade da coordenadora administrativa Joseli, e R\$ 800,00 para cada Subsede. Detalhou que a finalidade deste recurso é cobrir despesas de pequeno vulto, de caráter urgente e emergencial, que não se enquadram nos contratos e processos licitatórios vigentes, citando como exemplo a aquisição de itens de copa, como café. O coordenador financeiro, Guilherme Souza, complementou a explanação, reforçando que o fundo se destina a pagamentos de "pequenos vultos" para necessidades administrativas imediatas. A título de exemplo, mencionou

a quebra de uma tomada, cuja reparação é urgente e impraticável de ser submetida a um processo licitatório completo. Ressaltou que o principal objetivo da nova portaria é estabelecer regras claras para a prestação de contas, tornando-a mais célere e responsabilizando formalmente a pessoa encarregada do valor. O coordenador financeiro Guilherme Souza aprofundou a justificativa, explicando que a regulamentação visa garantir a utilização profissional dos recursos e, crucialmente, impedir que o suprimento de fundos seja utilizado para contornar a Lei de Licitações. Exemplificou que a aquisição de um bem permanente para o Conselho, como uma nova cafeteira, deve obrigatoriamente passar pelo processo de licitação e não pode ser realizada com verba do suprimento de fundos. Nesse momento, o conselheiro Geison interveio, traçando um paralelo com o "fundo rotativo" existente na administração pública estadual, cujo objetivo e funcionamento são similares. Sugeriu que o manual do fundo rotativo estadual, que já detalha os procedimentos de prestação de contas e as rubricas de despesas permitidas, poderia ser utilizado como um modelo de referência para a portaria do Conselho. O conselheiro Luciano anuiu com a sugestão, afirmando que essa era exatamente a intenção. E reiterou que os valores supridos são destinados a um período de três meses, sendo a prestação de contas um pré-requisito para a liberação de novos recursos. Guilherme retomou a palavra, afirmando que a ausência de um documento regulador tornava o processo vulnerável. Explicou que a nova portaria, elaborada com base em normativas de órgãos federais, visa proporcionar maior segurança jurídica na concessão e na prestação de contas, além de garantir maior transparência e coibir práticas anteriores, nas quais o suprimento de fundos era indevidamente utilizado para custear despesas de eventos e outras aquisições que deveriam ter sido objeto de licitação. Concluiu que a medida é fundamental para evitar que o Conselho sofra consequências legais por descumprimento da legislação. Após a explanação completa, o conselheiro Luciano submeteu o ponto à deliberação. O conselheiro Gilberto, na presidência da mesa, questionou se havia alguma objeção à aprovação da portaria, tanto entre os presentes fisicamente quanto entre os participantes online. **Encaminhamento:** Não havendo qualquer objeção, declarou a portaria de suprimento de fundos aprovada por unanimidade.

4.1.3. Portaria da COE. Dando prosseguimento, o conselheiro Gilberto Gaertner anunciou o próximo ponto de pauta, referente às normativas da Comissão de Ética (COE). O conselheiro tesoureiro, Luciano Bugalski, designado para a apresentação, solicitou a palavra para, em seguida, deferi-la ao coordenador financeiro, Guilherme Souza, por este possuir o domínio dos detalhes técnicos da proposta. Guilherme iniciou sua explanação informando que as alterações propostas para a resolução que rege a nomeação dos colaboradores da COE foram desenvolvidas em colaboração com a conselheira Deisy Joppert, presidente da referida comissão. Detalhou que as atualizações se concentraram em formalizar a responsabilidade dos colaboradores

quanto ao cumprimento de prazos e em estabelecer consequências claras para a inobservância destes. A nova redação da resolução institui um prazo de trinta dias para a apresentação de relatórios por parte dos colaboradores; caso não consigam cumprir o prazo, deverão apresentar uma justificativa formal. A ausência de uma justificativa plausível acarretará em sanções, que podem culminar na revogação da portaria de nomeação do colaborador. Em um segundo momento, o coordenador abordou as mudanças na portaria correlata, que regulamenta o pagamento do auxílio-representação aos colaboradores da COE. Elucidou que a principal alteração é a desvinculação do pagamento da simples participação em reuniões, prática que, segundo ele, gerava um gasto significativamente maior para o Conselho. A nova portaria estabelece que o pagamento do auxílio-representação passará a ser estritamente vinculado à convocação formal pela presidência da COE para uma participação específica e demandada. Concluiu, assim, que as alterações propostas visam tanto aprimorar a gestão de responsabilidades e prazos quanto racionalizar os custos associados aos trabalhos da comissão. Encerrada a apresentação, o conselheiro Gilberto questionou se havia alguma dúvida ou objeção por parte dos presentes. **Encaminhamento:** Não havendo qualquer manifestação, declarou a resolução e a portaria da COE aprovadas por unanimidade.

4.1.4. Jeton/Revogação do pagamento para os pareceristas da revista "Cadernos de Psicologia"/Revogação da Portaria nº 379/2025. Dando seguimento à pauta, o coordenador financeiro, Guilherme Souza, iniciou a apresentação da proposta de alteração da resolução e da portaria que regulamenta o pagamento de Jeton. Esclareceu que a normativa vigente atrelava o pagamento às reuniões de Diretoria e às plenárias da Comissão de Ética (COE) realizadas às sextas-feiras. A nova proposta, segundo ele, visava ampliar a concessão do Jeton para todas as reuniões plenárias ordinárias e de COE, realizadas de segunda-feira a sábado, destinando-o aos conselheiros efetivos. A portaria correlata, por sua vez, foi elaborada para instituir um procedimento claro para a substituição de conselheiros efetivos por suplentes em casos de impedimento, como o da presidência da COE que não pode votar nos processos da própria comissão. O critério definido para a convocação dos suplentes seria um sistema de rodízio, seguindo a ordem alfabética dos nomes, a fim de garantir isonomia. Maurício complementou a apresentação, contextualizando que a concessão do Jeton é fundamentada na Lei Federal nº 11.000, que restringe o pagamento aos quinze conselheiros efetivos, sendo esta uma regra que o Conselho Regional não possui autonomia para alterar. Reconheceu que, na prática, os conselheiros suplentes frequentemente trabalham tanto quanto os efetivos, mas a limitação legal se impõe. Reforçou que, nas plenárias de COE, quando um conselheiro efetivo se declara impedido de votar, a substituição por um suplente é obrigatória, e a nova portaria com o rodízio alfabético foi criada para eliminar qualquer subjetividade nesse processo. Esclareceu

ainda que, mesmo em uma plenária com a presença de todos os trinta conselheiros, apenas os quinze efetivos fariam jus ao Jeton, enquanto os demais receberiam as verbas indenizatórias (diária ou auxílio-representação), e confirmou que o recebimento do Jeton não exclui o direito ao auxílio representação. A conselheira Marina, por sua vez, ressaltou a importância crucial da confirmação de presença nas plenárias de COE. Relatou uma situação ocorrida na própria plenária realizada na data da presente, na qual suplentes tiveram que ser convocados para votar de forma imprevista; se eles não estivessem presentes, a sessão teria sido cancelada por falta de quórum, o que teria invalidado todo o esforço de deslocamento dos demais. Enfatizou que a ausência de um conselheiro após a confirmação de presença pode inviabilizar a realização dos julgamentos, e que esta é uma questão de relevância a ser discutida em instâncias superiores, como a Assembleia de Políticas da Administração e das Finanças (APAF). Maurício adicionou um detalhe procedural à regra de substituição: para evitar complexidades como a divisão do Jeton, ficou estabelecido que o suplente convocado para substituir um efetivo impedido em um dos julgamentos da pauta permaneceria na função durante toda a sessão plenária do dia, mesmo que o titular estivesse apto a votar nos processos seguintes. Informou também que o Jeton possui natureza remuneratória, sendo, portanto, tributável, com desconto de 11% de INSS e a necessidade de declaração no Imposto de Renda, ao contrário das diárias e auxílios representação. A conselheira Gesielene questionou se a alteração na resolução das diárias, que removeu o pagamento pelo tempo de deslocamento, seria uma manobra para tentar equiparar os valores recebidos entre conselheiros efetivos e suplentes. Guilherme Souza esclareceu que se tratava de conceitos distintos, explicando que a diária (R\$ 838,65) possui um valor superior ao do Jeton (R\$ 370,00, sujeito a descontos), e que o Jeton, assim como o auxílio-representação, pode ser pago pela metade para atividades de até quatro horas. Reiterou a diferença fundamental de natureza: o Jeton é remuneratório, enquanto a diária e o auxílio-representação são indenizatórios. Explicou que a remoção do pagamento pelo tempo de deslocamento visava corrigir uma prática da gestão anterior, que considerava o trânsito como tempo a ser indenizado, o que levava a situações como o pagamento de três diárias para um único dia de evento. A nova gestão propôs, portanto, manter o pagamento do custo do transporte, mas extinguir a diária adicional pelo tempo de viagem. A conselheira Carla apresentou uma ponderação a partir de sua realidade particular, explicando que setenta quilômetros da sede — distância que, pela nova regra, não daria direito a diária — citando que custos de deslocamento são diferenciados, citando como exemplo o valor de cinquenta reais gasto apenas com pedágios. Argumentou que tais especificidades deveriam ser consideradas e lamentou não ter levantado a questão oportunamente durante o debate sobre os valores das diárias. Adicionalmente, apontou uma outra questão crítica: a inadequação de um

valor de diária fixo diante de flutuações de mercado na cidade-Sede. Ilustrou seu ponto com um exemplo concreto e atual, informando que, devido a um show de grande porte do em Curitiba, os preços de hotéis que normalmente custariam por volta de duzentos reais haviam subido para valores entre seiscentos e setecentos reais a diária, o que tornava o deslocamento e a estadia financeiramente onerosos para os conselheiros de fora da capital. Em um segundo momento de sua fala, identificando-se como uma pessoa com TDAH, sugeriu que, em futuras apresentações que envolvessem números e diferentes tipos de verbas, como Jeton e diária, fossem utilizados recursos visuais para facilitar a compreensão, pois a complexidade dos termos e a alternância de falas a deixavam confusa. Em resposta, o conselheiro Luciano contrapôs que o auxílio-representação é a verba destinada a cobrir as despesas de deslocamento mencionadas e fez uma observação de ordem geral, pedindo a todos os conselheiros que se disciplinem para a leitura prévia dos documentos e minutas de resolução disponibilizados no drive institucional. Por fim, manifestou sua posição favorável à aprovação dos novos documentos para um período experimental, um "teste drive", após o qual qualquer conselheiro, seja efetivo ou suplente, poderia apresentar propostas de alteração com base na experiência prática. A conselheira Semiramis parabenizou a diretoria pelo esforço em promover a economicidade, um valor que considerou essencial para uma autarquia pública, e apoiou a proposta do "teste drive". Relembrou a conveniência de quando o Conselho realizava diretamente a reserva de hotéis e questionou se o pagamento a pareceristas da revista do Conselho também seria extinto. Guilherme Souza confirmou que a portaria que previa o pagamento a pareceristas seria revogada. Sobre a reserva de hotéis, esclareceu que a nova resolução de diárias prevê que, caso o Conselho realize a reserva diretamente, o viajante receberia apenas meia diária. A conselheira Marina, no entanto, alertou veementemente contra essa prática, recordando que, em gestões passadas, a reserva centralizada de hotéis gerava problemas logísticos e inúmeras reclamações, defendendo que tal procedimento deveria ser tratado apenas como uma exceção.

Encaminhamento: O conselheiro Gilberto, então, encaminhou a votação da resolução e da portaria do Jeton. Após a aprovação unânime, Guilherme interveio para lembrar que duas outras propostas de revogação estavam atreladas à discussão e precisavam ser votadas: a revogação do pagamento para os pareceristas da revista "Cadernos de Psicologia" e a revogação da Portaria nº 379/2025, da antiga tesouraria, que exigia uma segunda autorização da diretoria para todos os pagamentos, um ato que burocratizava desnecessariamente os processos, uma vez que já haviam sido previamente autorizados. O conselheiro Gilberto submeteu as duas propostas de revogação à votação. Não havendo objeções, ambas foram aprovadas por unanimidade, sendo solicitado pelo Cons. Gilberto o devido registro em ata deste ponto que estava pendente de deliberação.

4.2. Fórum de

coordenadores de curso. O conselheiro Gilberto deu início ao ponto de pauta, submetendo ao plenário a proposta de aprovação para a criação do Fórum de Coordenadores de Curso. Informou que o tema já havia sido discutido previamente pela gestão e que a indicação para presidir o referido fórum recaiu sobre o professor Raphael di Lascio. Após apresentar a proposta, questionou o colegiado se haveria alguma objeção. Não havendo manifestações contrárias, declarou o Fórum de Coordenadores de Curso formalmente aprovado e, em seguida, concedeu a palavra à conselheira Semiramis. A conselheira Semiramis solicitou um esclarecimento sobre a metodologia que seria adotada para a convocação dos coordenadores de curso, indagando se o procedimento seria um processo de inscrição, similar ao das comissões, ou se estava prevista a realização de um evento específico para esse fim. Em resposta, o conselheiro Gilberto, elogiando a pertinência da questão, confirmou que o planejamento, já em discussão com o professor Raphael di Lascio, previa a realização de um encontro presencial na sede do Conselho para o lançamento oficial do Fórum, com um convite extensivo a todos os coordenadores e com a devida cobertura da comissão de comunicação. A conselheira Semiramis justificou a importância de tal abordagem, relatando uma experiência pessoal positiva no I Congresso Nacional de Saúde Mental LGBTI+ da Aliança Nacional LGBTI+ na Unicuritiba, onde foi recebida pela coordenadora do curso, o que, em sua avaliação, demonstra o valor dessas aproximações para o estreitamento de laços institucionais. Concluiu enfatizando a relevância de que os coordenadores fossem formalmente convidados, transmitindo a mensagem de que sua presença era desejada pelo Conselho. O conselheiro Gilberto acolheu a sugestão como excelente e reiterou a intenção de realizar um evento de lançamento formal.

Encaminhamento: Encerrando o ponto de pauta, declarou a criação do Fórum de Coordenadores de Curso e indicação do professor Raphael di Lascio para presidir o fórum aprovadas, com o adendo, reforçado pela intervenção da conselheira Semiramis, de que sua instituição seria marcada por um evento de lançamento oficial.

4.3. Fórum consultivo de ex-presidentes. Dando prosseguimento à pauta, o conselheiro Gilberto apresentou a proposta para a criação do Fórum Consultivo dos Ex-Presidentes. Explicou que o fórum teria um caráter consultivo e que sua finalidade seria a de proporcionar um espaço para a discussão de temas de maior densidade e para a reflexão sobre o planejamento do Conselho a longo prazo. Para a condução inicial dos trabalhos, informou que a sugestão da gestão era de que a professora Maria Júlia Trevisan fosse convidada para ser a primeira presidente do referido fórum, justificando a indicação com base em seu critério de antiguidade e pelo fato histórico de ter sido a primeira presidente da autarquia. Após apresentar a proposta, questionou o plenário se haveria alguma objeção. Não havendo manifestações em contrário, o conselheiro Gilberto aprofundou a explicação sobre o propósito do fórum, detalhando que sua

função seria a de convocar os ex-presidentes para reuniões periódicas, nas quais poderiam trocar ideias sobre o futuro do Conselho e promover uma rediscussão sobre o panorama da psicologia no estado do Paraná. Ressaltou que o objetivo final era o de aproveitar a expertise e a memória institucional acumulada por aqueles que já presidiram a entidade e que, por sua vasta experiência, poderiam oferecer valiosas contribuições à gestão atual. Após a explanação complementar, questionou novamente se todos estavam de acordo. **Encaminhamento:** Não havendo manifestações contrárias, declarou a criação do Fórum Consultivo dos ExPresidentes e a indicação da Psicóloga Maria Júlia Trevisan como presidente, aprovadas por unanimidade. **4.4. Aprovação das representações setoriais.** O conselheiro Gilberto deu início ao ponto de pauta referente à aprovação das representações setoriais. Antes de passar a palavra à proponente, fez questão de registrar um agradecimento à conselheira Semiramis pela extensa pesquisa e pelos dados que compilou e compartilhou com o grupo, ressaltando que tal material oferecia um excelente balizamento para o trabalho a ser desenvolvido. Em seguida, concedeu a palavra à conselheira Marly Perrelli. A conselheira Marly Perrelli apresentou sua proposta de coordenar as representações setoriais, um trabalho que consistiria em buscar e organizar representantes para cada mesorregião do estado. Informou ter compartilhado um mapa no grupo para visualização das localidades onde já existem subsedes e onde se localizam as representações setoriais. O objetivo de sua coordenação, segundo ela, seria o de acolher os novos representantes, organizar as diretrizes de atuação, definir as ações a serem desenvolvidas, aproximar-los do Conselho e servir como um canal para que projetos e solicitações das regiões sejam trazidos à plenária. Esclareceu que, embora no site a estrutura seja denominada como "comissão", ela a comprehende mais como uma rede de representações. A conselheira Semiramis complementou a apresentação, informando que já havia preparado material com especificações e orientações, e destacou que, de certa forma, já existiam três representações setoriais conceitualmente encaminhadas: a do litoral, com a conselheira Carla como ponto de contato; a de São Mateus do Sul, com a conselheira Marly; e a de Ponta Grossa, com a conselheira Heloísa. Salientou a importância estratégica das representações para ampliar a capilaridade do Conselho, especialmente no que tange ao controle social. Vinculou também a importância das representações ao Fórum de Coordenadores de Curso, uma vez que a maioria das 93 instituições de ensino superior do estado se localiza no interior, tornando inviável reuni-las todas em Curitiba. A título de exemplo de suas próprias articulações, informou já ter uma indicação para a região de Pato Branco, a psicóloga Mônica Verussa, e estar em contato com a ex-representante Sônia Pego. Sugeriu ainda que fosse consultada a ex-colaboradora de Jacarezinho sobre seu interesse em continuar na função, uma vez que aquela sempre foi uma região de

difícil articulação para o Conselho. A conselheira Carla solicitou a palavra para oferecer uma perspectiva local sobre a proposta de representações setoriais. Esclareceu que, embora fosse conselheira da região litorânea, seria um equívoco presumir que sua presença supriria a necessidade de uma representação setorial dedicada. Argumentou que a região do litoral é geograficamente ampla, compreendendo sete municípios distintos, e que sua carga de trabalho como membro da comissão de comunicação, juntamente com a conselheira Lara, já era expressiva, tornando inviável acumular a função de representação de forma eficaz. Enfatizou, portanto, a necessidade premente da nomeação de um representante setorial específico para a localidade. Em um segundo ponto, a conselheira Carla defendeu a importância estratégica da representação setorial como um espaço fundamental de formação e desenvolvimento para futuros conselheiros. Compartilhou sua experiência pessoal, relatando que, quando atuou como representante setorial, muitas vezes se sentiu inicialmente despreparada e desorientada nas reuniões do Conselho. Contudo, ressaltou que considerava aquele período como um processo preparatório essencial, uma "lapidação" que foi crucial para seu amadurecimento e que a preparou para assumir, posteriormente, a posição de conselheira. Argumentou que o investimento na formação de representantes é uma responsabilidade da autarquia, que precisa preparar sucessores para a gestão do Conselho a longo prazo. Para ilustrar o potencial e a demanda reprimida na região, relatou que, ao propor um primeiro encontro de psicólogos locais, constatou com surpresa a grande mobilização e o entusiasmo da categoria, que manifestou uma percepção de que o Conselho estava se reaproximando da base. Informou que, em decorrência dessa mobilização, um encontro já estava sendo organizado e concluiu sua fala reiterando a necessidade de uma representação setorial para dar a devida capilaridade a essas e outras atividades, questionando se a percepção era similar para a conselheira Marly em sua respectiva região. Em seguida, a conselheira Marly Perrelli iniciou sua intervenção, anuindo com a perspectiva apresentada. Afirmou que a proposta de coordenação das representações tinha, de fato, o objetivo de promover a aproximação do Conselho com os coordenadores de curso e com os profissionais da base, reconhecendo que há muitas pessoas na categoria com grande vontade de participar e colaborar. Diante de uma aparente interpretação de que ela havia indicado as conselheiras como as próprias representantes, a conselheira Semiramis solicitou um esclarecimento. Afirmou que sua intenção foi a de apontar as conselheiras como "cabeças de chave", ou seja, pontos de partida que, por conhecerem suas regiões, poderiam iniciar o processo de articulação e indicação de nomes, mas não que elas mesmas deveriam assumir a função. A conselheira Marly Perrelli anuiu com o esclarecimento e retomou a palavra para detalhar os objetivos de sua proposta de coordenação: aproximar o CRP da realidade dos profissionais em diferentes regiões; ampliar os canais de escuta e

participação; apoiar a realização de eventos locais; contribuir com a fiscalização e orientação; e promover a articulação com instituições públicas e privadas. Mencionou um caso da gestão anterior, em São Mateus do Sul, no qual a indicação de uma psicóloga para a representação foi recusada por "não estar alinhada à gestão", defendendo que a nova abordagem deve ser a de "portas abertas". A conselheira Heloísa, participando remotamente, manifestou sua concordância com a conselheira Carla sobre a necessidade de um representante setorial, citando o aumento expressivo no número de psicólogos na região com a abertura de novos cursos de graduação na cidade de Ponta Grossa. Solicitou, então, que lhe fossem repassadas informações sobre a situação da representação do CRP nos conselhos municipais de Ponta Grossa, a fim de iniciar um trabalho de recuperação de cadeiras que possam ter sido perdidas. A conselheira Semiramis comprometeu-se a levantar e encaminhar as informações solicitadas. A gerente técnica Vanelise, interveio para apresentar o enquadramento técnico e procedural. Informou que existe uma resolução que rege o funcionamento das comissões setoriais e que ela é a responsável por seu acompanhamento. Detalhou o fluxo formal: os interessados preenchem uma ficha de interesse disponível no site; os nomes passam por uma análise técnica, pela diretoria e, finalmente, pela aprovação do plenário. Corrobora que as representações são um espaço político importante no interior, com funções que incluem a articulação com instituições de ensino e o mapeamento local. Esclareceu o papel das conselheiras coordenadoras (Marly e Carla), explicando que não se trata de uma nomeação via portaria, mas de atuarem como uma referência de apoio para a equipe técnica, auxiliando na articulação e na cobrança de responsabilidades quando necessário. Enfatizou a importância da formação e capacitação dos representantes setoriais, uma vez que eles falam em nome do CRP e, portanto, precisam estar alinhados com as deliberações do plenário e da diretoria. A conselheira Marly anuiu com as colocações, afirmando que sua proposta de coordenação visa somar esforços ao trabalho já realizado pela equipe técnica, e não substituí-lo.

Encaminhamento: O conselheiro Gilberto, retomando a palavra para encerrar o ponto, manifestou seu apoio à proposta de capacitação para os representantes, considerando-a fundamental. Concluiu que, aprovado o conceito, o próximo passo seria a concretização dos nomes para construir a rede de representações, reiterando a importância da capilaridade para que o Conselho alcance efetivamente os profissionais em todo o estado.

4.5. Delegados para consulta nacional e para a APAF. O conselheiro Gilberto passou a palavra à conselheira Marina para a apresentação do ponto de pauta referente à indicação de delegados para a Assembleia de Delegados e para a Assembleia de Políticas da Administração e das Finanças (APAF). A conselheira Marina iniciou a explanação, informando que o item em questão era para conhecimento e aprovação da plenária. Detalhou que no dia 5 de novembro ocorreria a

Assembleia de Delegados, cuja finalidade é deliberar sobre a eleição do Conselho Federal de Psicologia. Explicou que o processo eleitoral do Conselho Federal difere do processo regional, pois requer uma segunda etapa na qual os Conselhos Regionais, por meio de seus delegados, manifestam sua concordância ou discordância com o resultado da eleição. Para esta representação, informou que a diretoria havia indicado previamente os nomes das conselheiras Carla e Jéssica. Esclareceu que, além de aprovar os nomes das delegadas, o plenário precisava definir qual seria o posicionamento institucional do CRP-PR a ser levado por elas à Assembleia. Em seguida, a conselheira Marina apresentou a posição da diretoria sobre o tema. Afirmou que, embora a chapa eleita para o Conselho Federal não tenha sido aquela apoiada pela atual gestão do CRP-PR, a diretoria entendia ser coerente com os princípios democráticos que o Conselho Regional do Paraná concordasse com o resultado do processo eleitoral. Justificou que tal posicionamento representava o respeito à vontade da categoria expressa nas urnas. Concluiu sua fala submetendo a posição da diretoria à apreciação e deliberação do plenário. Ato contínuo, a conselheira Carla solicitou um aparte. Falando a partir de sua experiência na comissão de comunicação, argumentou que o alinhamento com o Conselho Federal é de grande importância estratégica, uma vez que a autarquia regional frequentemente precisa republicar e trabalhar em consonância com as diretrizes e materiais de comunicação emanados da instância federal. Reforçou que manter um bom diálogo e um estreitamento de laços com o Conselho Federal é fundamental, e, por essa razão, manifestou sua concordância com a proposta de homologar o resultado da eleição. Após a intervenção, o conselheiro Gilberto questionou o plenário se haveria alguma objeção ou posicionamento contrário à proposta apresentada. Não havendo manifestações, declarou aprovada por unanimidade tanto a indicação das conselheiras Carla e Jéssica como delegadas, quanto o posicionamento institucional de concordância com o processo eleitoral do Conselho Federal de Psicologia. Dando seguimento, a conselheira Marina iniciou a discussão sobre a APAF, momento em que o conselheiro Silvio solicitou a palavra para fazer uma colocação. O conselheiro Silvio manifestou sua preocupação com o processo eleitoral do sistema conselhos, defendendo que o mesmo necessita de uma revisão para se tornar mais transparente, em contraste com os recursos abertos e claros disponibilizados pela justiça eleitoral. Declarou sua insatisfação com o modelo atual e sugeriu que a APAF seria o fórum apropriado para fomentar a discussão sobre a revisão de tais procedimentos. A conselheira Marina expressou total concordância com a preocupação levantada e propôs, inicialmente, que a plenária de novembro fosse utilizada para coletar pontos de pauta, como o sugerido pelo conselheiro Silvio, para serem levados à APAF de dezembro em nome do CRP-08. No entanto, ao ser lembrada do prazo para o envio dos pontos, reavaliou a proposta. Explicou que a APAF de dezembro, por ser a primeira após a posse das novas gestões em vários

conselhos, teria um caráter mais introdutório, de conhecimento mútuo. Informou que os eixos temáticos prioritários definidos pela gestão anterior ainda estavam vigentes, mas que haveria a possibilidade de trocas e inclusões de novos pontos. Concluiu que a discussão aprofundada de propostas, como a da revisão do processo eleitoral, seria mais produtiva na APAF seguinte, a ser realizada em maio de 2026. Diante desse contexto, a conselheira Marina apresentou a proposta de delegação para a APAF de dezembro. Explicou que, diferentemente de outras edições, esta primeira teria uma composição focada na diretoria para uma apresentação inicial. Assim, propôs os nomes dos conselheiros Luciano, Deisy e dela própria (Marina) como delegados titulares, e das conselheiras Semiramis e Jéssica como suplentes. **Encaminhamento:** Após apresentar a composição, questionou se havia objeções à indicação dos cinco nomes. Não havendo manifestações, o conselheiro Gilberto declarou a delegação para a APAF aprovada. Aprovada também a indicação das conselheiras Carla e Jéssica na Assembleia de Delegados.

4.6. Aplicativo. Encerrado o ponto anterior, o conselheiro Gilberto iniciou a apresentação do informe sobre o lançamento do novo aplicativo institucional do Conselho. Solicitou aos presentes que acessassem o grupo de comunicação da plenária, onde havia sido disponibilizado, em primeira mão, o link e as instruções para a instalação do aplicativo. Detalhou que se tratava da primeira de três etapas de desenvolvimento, realizada pela equipe interna de Tecnologia da Informação (TI). Esclareceu que, nesta fase inicial, o aplicativo funcionaria como um canal de acesso simplificado a todas as informações já contidas no site oficial, sendo, portanto, de acesso aberto e sem a necessidade de login. Informou que já estavam em andamento negociações com o Conselho Federal de Psicologia para a futura inclusão da carteira de identidade profissional digital no aplicativo. Ponderou que a implementação de tal funcionalidade exigiria um nível de segurança mais elevado, com a obrigatoriedade de login, o que seria contemplado em uma etapa posterior. Em seguida, o conselheiro Gilberto convocou os conselheiros a realizarem testes no aplicativo durante aquele dia, a fim de identificar eventuais inconsistências ou falhas técnicas antes do lançamento oficial, que ocorreria na manhã do dia seguinte, durante a abertura do evento de planejamento estratégico. Apresentou o cronograma de desenvolvimento completo, que prevê uma segunda etapa com maior interatividade e a inclusão da carteira digital, e uma terceira etapa com um nível suplementar de interação, com uma nova versão sendo lançada a cada três ou quatro meses. Comunicou que, em paralelo, estava sendo conduzido um projeto de reformulação e modernização do site institucional, também planejado em três fases, com o objetivo final de transformá-lo em um portal de serviços. Acrescentou que a gestão tinha como diretriz a incorporação de ferramentas de inteligência artificial em todas as frentes possíveis, tanto para otimizar os processos de trabalho internos quanto para aprimorar as formas de interação com os psicólogos

inscritos. Finalizou sua explanação reiterando o pedido para que todos testassem o aplicativo, informando que o mesmo permaneceria em um período experimental por alguns dias para os devidos ajustes e correções.

5. Comissões Permanentes. Antes de passar à última etapa da reunião, dedicada às comissões permanentes, o conselheiro Gilberto, na presidência da mesa, solicitou a palavra para fazer um informe de caráter organizacional. Dirigindo-se especificamente aos conselheiros representantes das subsedes, citou nominalmente os conselheiros Silvio e Rachel, de Londrina; a conselheira Cláudia, de Maringá; e o conselheiro Frank, de Foz do Iguaçu. Comunicou que, em acolhimento a uma solicitação feita anteriormente pelo conselheiro Silvio, a diretoria havia deliberado e pautado a instituição de uma nova rotina de reuniões. Detalhou que seriam iniciadas reuniões com frequência quinzenal entre a diretoria e os referidos conselheiros das subsedes. Explicou que o objetivo desses encontros seria o de estabelecer uma linha de comunicação direta e promover os alinhamentos necessários de forma contínua. Ao final de sua comunicação, o conselheiro Gilberto reiterou que a iniciativa partiu de uma sugestão do conselheiro Silvio, agradecendo-o publicamente pela contribuição.

5.1. Comissão Direitos Humanos. 5.1.1. Apresentação de Projeto Comissão de Direitos Humanos.

Apresentação: Cons. Semiramis. Dando prosseguimento, o conselheiro Gilberto anunciou o próximo ponto de pauta, a Comissão de Direitos Humanos (CDH), e passou a palavra à conselheira Semiramis para a apresentação. A conselheira Semiramis iniciou sua explanação informando que, após uma análise acurada das atas e documentos da gestão anterior, identificou que a CDH se encontrava excessivamente fragmentada. Ponderou que, embora não se opusesse às pautas identitárias, a pulverização excessiva em diversas comissões isoladas fragilizava a luta mais ampla dos direitos humanos, com cada grupo focando em um aspecto particular de um problema, sem o devido alinhamento com os princípios e o modelo de gestão do Conselho. Para sanar essa questão, propôs à diretoria a reestruturação da CDH, que passaria a funcionar como uma comissão central, abrigando diversas comissões temáticas como núcleos de trabalho. Explicou que o objetivo era promover o alinhamento conceitual e de fluxo de trabalho entre os grupos, com a possibilidade de que, no futuro, à medida que se fortalecessem, pudesse reivindicar novamente o status de comissões autônomas. Em seguida, a conselheira Semiramis detalhou a nova estrutura proposta. A Comissão de Mulheres seria reconfigurada como o núcleo "Mulheres e Psicologia", para tratar de equidade de gênero e violência. A Comissão de Crianças seria ampliada para o núcleo "Infâncias e Juventudes", abrangendo da primeira infância à juventude. A Comissão Anticapacitista seria reincorporada como um núcleo para o devido alinhamento conceitual. O "Diverges" seria reestruturado, em resposta a uma cobrança recebida por ela em um congresso nacional, no qual a ausência do CRP como parceiro histórico de entidades como o

Grupo Dignidade e a Aliança Nacional LGBTI+ foi sentida. A Comissão Transcentrada seria transformada no núcleo "Transvidas", com o objetivo de ampliar a discussão sobre a temática de pessoas trans e não-binárias para todos os profissionais interessados. Seria também reestruturado o núcleo de População em Situação de Rua, com uma primeira articulação já agendada para o dia 31 de outubro, em uma reunião do CIAMP, para retomar a parceria histórica com o movimento nacional. O "NUPSIM" (Núcleo de Psicologia e Migrações), que se encontrava desarticulado, seria reativado dentro da CDH para retomar seu protagonismo. Além da reestruturação, a conselheira Semiramis propôs a criação de novas comissões para abordar temas emergentes. A primeira, sobre "Redução de Danos e Política de Drogas". A segunda, sobre "Laicidade e Psicologia", justificada pela necessidade de levar essa discussão às 96 instituições de ensino superior do estado, muitas das quais com vínculos religiosos. Relatou ter consciência de que a proposta era audaciosa, mas a considerava alinhada ao lema da gestão ("Mudar, Acolher e Inovar"). Mencionou também a criação de uma comissão de Neurodiversidade, para debater a nova política de educação inclusiva, e consolidou a lista de núcleos e comissões propostos. Como cronograma, informou que o mês de novembro seria dedicado à definição dos núcleos, com a meta de realizar um evento de lançamento da nova CDH no dia 10 de dezembro, Dia Mundial dos Direitos Humanos, com palestrantes de renome na área. O conselheiro Gilberto interveio para sintetizar a proposta, questionando se a ideia era, de fato, criar uma espécie de "incubadora" de comissões. A conselheira Semiramis confirmou, afirmando que o objetivo era restabelecer uma linearidade e um fluxo de trabalho coeso que haviam se perdido, para que, no ano seguinte, todos os grupos estivessem alinhados e trabalhando em uma mesma direção. Ao final da explanação, o conselheiro Gilberto submeteu a proposta à deliberação do plenário.

Encaminhamento: Não havendo divergências ou objeções, declarou aprovada por unanimidade a nova formatação da Comissão de Direitos Humanos.

5.1.2. Comissão Étnico Racial. Dando prosseguimento à pauta, o conselheiro Gilberto, na presidência da mesa, passou a palavra ao conselheiro Geison para a apresentação das propostas da comissão de relações étnico-raciais. O conselheiro Geison iniciou sua fala contextualizando sua recente ausência por motivos de uma viagem a trabalho, período no qual os membros da comissão se mobilizaram para planejar as atividades alusivas ao mês da Consciência Negra. A primeira proposta apresentada foi a participação institucional do Conselho na Marcha do Orgulho Crespo, um evento oficial do calendário de Curitiba, a ser realizado no dia 15 de novembro. Para esta ação, foi planejada a criação e distribuição de um panfleto abordando a intersecção entre saúde mental, racismo e acolhimento. Detalhou que o material foi concebido com o intuito de ser um recurso permanente da comissão, com um conteúdo que transcende o evento específico. A conselheira Gesielene complementou a informação, explicando que o panfleto foca

nos impactos do racismo para a saúde mental e foi projetado de forma genérica para permitir seu uso em diversas ocasiões. Informou que, no projeto submetido, foi solicitada a impressão do material para a sede em Curitiba e para a subsede de Londrina, com a previsão de envio para as demais subsedes que manifestarem interesse em realizar atividades durante o mês de novembro. O conselheiro Geison retomou a palavra para expressar uma consideração estratégica, afirmando que a distribuição de material institucional deve ser acompanhada por uma rede de apoio para acolher as demandas que possam surgir. Mencionou que, embora canais de atendimento já tenham sido incluídos no panfleto, ele entendia que o material ainda necessitava de refinamento. A segunda proposta da comissão foi a realização de um evento presencial no dia 17 de novembro, na sede do Conselho, com o psicólogo convidado Bruno Reis, de São Paulo. O evento consistiria em uma mesa-redonda para o lançamento de seu livro, que trata da Terapia CognitivoComportamental aplicada à população negra. O conselheiro Geison explicou que a participação do autor estava condicionada ao custeio de suas despesas de deslocamento e hospedagem pelo Conselho, bem como à oportunidade de divulgar e comercializar sua obra durante o evento. O conselheiro Luciano interveio para lembrar da necessidade de formalizar a proposta em um projeto, ao que o conselheiro Geison confirmou que tal procedimento já havia sido realizado. A conselheira Gesielene acrescentou que, dada a vinda do profissional, seria desejável explorar a possibilidade de estender sua participação para uma atividade na subsede de Londrina. Como alternativa, caso o prazo apertado inviabilizasse a logística, sugeriu a realização de um evento online com o psicólogo. A conselheira Semiramis, por sua vez, propôs que as subsedes fossem estimuladas a criar suas próprias programações para compor um calendário unificado do "Novembro Negro", citando como exemplo a exibição de um filme sobre Virgínia Bicudo em articulação com a comissão de estudantes. Sugeriu também a criação de uma identidade visual específica para as publicações do Conselho durante o mês, com postagens temáticas sobre assuntos como comitês de heteroidentificação e bullying racial na escola. A conselheira Lara, da comissão de comunicação, confirmou que já estava previsto no cronograma do setor a adesão à campanha do "Novembro Negro" durante todo o mês, com múltiplas publicações. Ao final das apresentações, o conselheiro Geison formalizou os dois pontos a serem deliberados pelo plenário: a aprovação da participação institucional do Conselho na Marcha do Orgulho Crespo e a autorização para dar continuidade às tratativas para a realização do evento com o psicólogo Bruno Reis. O conselheiro Gilberto submeteu as propostas à votação. **Encaminhamento:** Não havendo objeções manifestadas, ambas foram aprovadas por unanimidade.

5.1.3. Comunicação Social.

5.1.3.1. Sistematização da comunicação institucional.

Apresentação Carla e Lara. O conselheiro Gilberto, na presidência da mesa, passou a palavra às conselheiras Lara e Carla para

a apresentação do ponto de pauta da comissão de comunicação social. A conselheira Carla iniciou a explanação, informando que alguns tópicos inicialmente previstos foram retirados da pauta por dependerem de orçamentos e informações de empresas externas que ainda não haviam sido recebidos. Justificou que a comissão estava desenvolvendo um projeto robusto e lidando com uma demanda expressiva oriunda de todas as demais comissões do Conselho. Em seguida, apresentou a primeira questão para deliberação do plenário: a definição de uma linguagem padrão para as postagens institucionais, especificamente sobre o uso ou não de linguagem de gênero e a forma de se referir à categoria ("a psicóloga e o psicólogo", "os profissionais", etc.). A conselheira Lara complementou, questionando qual seria o procedimento em relação às repostagens de material do Conselho Federal, se deveriam ser republicadas na íntegra, mesmo que contivessem posicionamentos políticos que pudesse gerar questionamentos internos. O conselheiro Gilberto interveio para explicar que, na sua visão, as repostagens do Conselho Federal deveriam ser feitas na íntegra, uma vez que o CRP-PR é filiado à autarquia federal e, apesar de eventuais divergências, as comunicações gerais devem ser replicadas. A conselheira Carla, dando prosseguimento, abordou a necessidade de maior agilidade na comunicação do Conselho, especialmente em relação a temas sensíveis e de emergência, como a questão palestina e o debate sobre o aborto. Argumentou que a psicologia, como categoria, tem sido percebida como lenta em suas manifestações públicas, posicionando-se dias após os acontecimentos, o que gera questionamentos por parte da mídia. Propôs, portanto, que para eventos de emergência e desastres, o Conselho emitisse um posicionamento em até 24 horas. A título de exemplo, citou um incidente recente no qual socorristas foram emocionalmente afetados pela morte de uma criança; embora a conselheira Marly Perrelli tenha produzido rapidamente um texto sobre a saúde mental desses profissionais, a publicação do card correspondente pela equipe de comunicação ocorreu sete dias depois. A conselheira Lara, por sua vez, apresentou a proposta de uma campanha de comunicação para esclarecer o conceito de "Portas Abertas", um dos pilares da gestão. Explicou que a intenção era transmitir à categoria a mensagem de que o Conselho está literalmente acessível para dúvidas e contato direto, e solicitou a anuência do plenário para que a campanha fosse desenvolvida com base nessa premissa, o que foi concedido. A conselheira Semiramis manifestou sua concordância com a preocupação sobre a morosidade da comunicação, ressaltando que a demora em se posicionar resulta na perda de oportunidades de obter visibilidade espontânea na mídia, como em casos de falso exercício da profissão. Sugeriu, a criação de uma "comissão de crise", composta por cinco pessoas, para deliberar e produzir respostas rápidas em situações emergenciais, contornando os prazos ordinários da comunicação. A conselheira Gesielene, no entanto, apresentou um contraponto, expressando sua preocupação com o risco

de superficialidade ao se tentar responder a temas complexos com a rapidez exigida pelas redes sociais. Argumentou que o Conselho, enquanto instituição que representa uma profissão com rigor técnico-científico, não deveria adotar uma postura de "influenciador digital". Em réplica, a conselheira Carla explicou que a intenção não era responder a tudo de forma superficial, mas sim ter um filtro e contar com a expertise de conselheiros para se manifestar em eventos de grande relevância social nos quais a ausência de um posicionamento do Conselho é sentida pela categoria. A conselheira Marly Perrelli interveio para ponderar que temas complexos, como o aborto, de fato exigiriam um debate mais aprofundado, mas que em situações como a da saúde mental dos socorristas, uma resposta ágil era pertinente. Sobre a linguagem, manifestou seu entendimento de que o uso do feminino ("psicóloga") antes do masculino já era uma questão pacificada, seguindo a orientação federal. A conselheira Lara esclareceu que a comunicação ainda seguia a diretriz da gestão anterior e que a definição de uma nova política de linguagem seria discutida no planejamento estratégico. A conselheira Deisy, em concordância com a conselheira Gesielene, sugeriu um modelo híbrido: uma nota inicial, mais rápida, para marcar posicionamento, seguida por um aprofundamento do tema em um formato mais robusto, como uma live ou um artigo. O conselheiro Gilberto, encaminhando para o encerramento, manifestou seu apoio à nova dinâmica de comunicação, defendendo a importância de notas rápidas e de uma presença diária nas redes sociais para mostrar o trabalho do Conselho e reconstruir a credibilidade da instituição. Elogiou a direção que a comissão estava tomando e apoiou a sugestão da conselheira Deisy. O conselheiro Gilberto, na presidência da mesa, deu por encerrada a discussão sobre o ponto da comissão de comunicação, registrando que as propostas apresentadas seriam consideradas como ideias iniciais. Em seguida, reiterando uma colocação anterior da conselheira Marina, lembrou a todos os presentes sobre o evento de planejamento estratégico, a ser realizado nos dois dias subsequentes, e ressaltou que esta seria a oportunidade para aprofundar e amadurecer muitos dos temas que haviam sido trabalhados durante a plenária.

6. Comissões Gestoras. O conselheiro Gilberto anunciou o próximo ponto de pauta, dedicado ao Grupo Gestor da subsede de Londrina e aos fluxos de controle social. A conselheira Rachel da Silva iniciou a discussão abordando a proposta de retomar a entrega presencial da Carteira de Identidade Profissional (CIP) na Subsede. Mencionou ter dialogado com a coordenadora administrativa Joseli e constatado que tal mudança implicaria na reestruturação de todo o fluxo de trabalho correspondente. Neste momento, a conselheira Marina interveio para fazer um esclarecimento de ordem procedural. Informou ao plenário que todas as discussões relativas a fluxos de trabalho internos — incluindo os da COF, da COE, da comunicação, das subsedes e do atendimento — seriam pautadas e aprofundadas durante o evento de planejamento estratégico, agendado para o fim de semana.

subsequente. Redirecionou, então, a pauta para os dois temas que requeriam deliberação naquela sessão: o fluxo para o tratamento de demandas de controle social e um pedido de materiais impressos. **6.1.**

Grupo Gestor Londrina. Dando seguimento à orientação, a conselheira Gesielene apresentou a primeira questão do Grupo Gestor de Londrina, referente ao fluxo de controle social. Relatou que a subsede tem recebido diversas solicitações para que o Conselho se posicione oficialmente sobre questões locais. Explicou que o procedimento adotado até o momento foi o de orientar os demandantes a formalizarem suas solicitações por e-mail, diretamente à diretoria, para que uma resposta oficial pudesse ser providenciada. A principal dúvida, portanto, era a definição de um fluxo oficial para o trâmite dessas demandas, concluindo, no entanto, que o tema seria provavelmente mais bem aprofundado no planejamento estratégico. Em seguida, a conselheira Gesielene apresentou o segundo ponto, reforçando um pedido anterior para o envio de materiais impressos à subsede. Especificou a solicitação de exemplares do caderno temático sobre neuropsicologia, publicado em 2016, e da recente trilogia de cadernos produzida pela comissão de relações étnico-raciais. Em resposta, a conselheira Marina informou que a referida trilogia ainda se encontrava em processo de impressão e que seria distribuída a todas as subsedes assim que estivesse finalizada. Quanto ao caderno de neuropsicologia de 2016, comunicou, com base em informação do Gerente Maurício, que não havia mais exemplares impressos em estoque, sugerindo que o acesso fosse feito por meio da versão em PDF, disponível no site do Conselho. **6.2. Fluxos Controle Social.** A conselheira Gesielene seguiu sua apresentação e reiterou que a questão do fluxo de controle social permanecia como a principal pendência a ser resolvida pelo grupo gestor de Londrina. Em resposta a um questionamento da conselheira Marina sobre se o tema do controle social seria aprofundado no planejamento estratégico, a conselheira Semiramis iniciou sua análise sobre o estado atual da participação do Conselho nos referidos espaços. Diagnosticou que, embora haja representantes qualificados atuando em nome do CRP-PR, a participação institucional se encontra desarticulada por falta de um direcionamento e, principalmente, de um acompanhamento eficaz por parte do Conselho. Para ilustrar a gravidade da situação, apresentou um caso concreto referente ao Comitê de Acompanhamento das Políticas para a População em Situação de Rua (CIAMP), um espaço no qual o Conselho havia conquistado uma vaga cativa. Relatou que, após a saída do representante anterior, ela e a conselheira Erika se dispuseram a assumir a cadeira temporariamente, mas, ao tentarem obter informações sobre o histórico de participação, não obtiveram resposta do antigo representante. Foi por meio de um contato externo, com o presidente do Movimento Nacional de Pessoas em Situação de Rua, que se descobriu que o representante anterior do Conselho não comparecia às reuniões desde outubro do ano anterior, fato este que, segundo ela, foi comprovado pelas atas do comitê. A

conselheira Semiramis argumentou que esta falha de monitoramento evidencia a necessidade de um assessor dedicado para acompanhar a atuação dos representantes, uma vez que cada espaço de controle social possui regras de funcionamento distintas e complexas. Detalhou essa diversidade com mais exemplos: no Conselho de Assistência Social, a conquista de um assento no âmbito estadual exige uma ampla capilaridade de representação nos municípios; no Conselho de Política de Drogas, por outro lado, o CRP-PR possui uma vaga garantida, independentemente da frequência de participação; já no Conselho de Saúde, uma vaga que foi arduamente conquistada foi perdida por ausência não justificada do representante designado. Concluiu sua explanação afirmando que não basta quantificar a presença em espaços de controle social — citando um aumento percentual expressivo — se essa presença não se traduz em participação efetiva. Enfatizou que a mera ocupação nominal de uma cadeira, resultando em uma "cadeira vazia", acarreta na perda de espaço político e de influência para a psicologia, comparando o prejuízo desta ausência com o do silêncio institucional em momentos críticos.

7. Retomada à nomeação de comissões. O conselheiro Gilberto, conduziu a reunião para a sua etapa final, informando ao plenário que havia pendências na aprovação das comissões permanentes e que era necessário retomar o ponto de pauta para deliberar sobre aquelas que não haviam sido listadas anteriormente. Explicou que as comissões a serem apreciadas eram a Comissão de Psicologia Jurídica, a Comissão de Psicologia do Esporte e a Comissão de Emergências e Desastres. Inicialmente, submeteu à apreciação do colegiado a aprovação geral das três comissões mencionadas, questionando se haveria alguma objeção.

Encaminhamento: Não havendo manifestações contrárias, foram aprovadas.

7.1. Comissão De Psicologia De Riscos, Urgências e Emergências. O conselheiro Gilberto procedeu à leitura detalhada dos nomes propostos para a composição da Comissão de Emergências e Desastres, nominando os seguintes profissionais: Psic. Adriano Ricardo da Rosa (CRP08/31903); Psic. Angélica Gizele Hamerschmidt (CRP-08/40004); Psic. Bruna Batista (CRP-08/42528); Psic. Caroline Walter de Oliveira Rudey (CRP-08/IS1008); Psic. Daniele Jasniewski (CRP-08/12483); Psic. Denise Teixeira (CRP08/10667); Psic. Ícaro Arthur Agustinho da Silva (CRP-08/33082); Psic. Jordana Nogueira Schwab Lionço (CRP-08/13466); Psic. Luciana Amandio Campos Sales (CRP-08/27176); Psic. Mara Rúbia Dias Godoy Viana (CRP-08/45534); Psic. Marly Terezinha Perrelli (CRP-08/04561); Psic. Simone Wachter Muller (CRP-08/11315); Retomou a pauta para fazer uma retificação, informando que era necessário incluir nomes que haviam sido omitidos. Procedeu, então, à leitura complementar, propondo a inclusão dos seguintes profissionais na referida comissão: Lucas Armstrong Duenhas (08/33595), Serafim Lissa Koga (08/37362) e Alexia Lira De Souza Marangoni (08/34941).

Encaminhamento: Com a lista completa e devidamente apresentada, colocou a composição da referida comissão

em votação, questionando novamente se havia alguma objeção aos nomes propostos. Não havendo manifestações contrárias por parte dos presentes, declarou a composição da Comissão de Emergências e Desastres aprovada por unanimidade.

7.2. Comissão de Psicologia Jurídica.

Passou à deliberação sobre a Comissão de Psicologia Jurídica. Retomando a pauta, o conselheiro Gilberto passou a palavra para a apresentação da Comissão de Psicologia Jurídica. A conselheira Marina, então, apresentou a composição proposta, indicando os nomes das conselheiras Jéssica Tonioti da Purificação (CRP-08/23528), Alessandra Sivek Peres (08/27815), e da psicóloga Gabriela Antunes (CRP-08/38349).

Encaminhamento: Submetida à deliberação, o conselheiro Gilberto questionou se havia objeções à composição. Não havendo manifestações, declarou a Comissão de Psicologia Jurídica aprovada.

7.3. Comissão de Psicologia do Esporte.

Na sequência, foi apresentada a proposta para a

Comissão de Psicologia do Esporte, com a indicação do conselheiro

Rafael Sfreddo (CRP-08/22359). Após a apresentação do nome, foi

mencionada a inclusão da psicóloga Rafaela Trento (CRP-8/30704).

Encaminhamento: Com a composição completa, o conselheiro Gilberto colocou a comissão em votação. Não havendo objeções por parte dos

presentes, declarou a Comissão de Psicologia do Esporte igualmente

aprovada.

8. Presskit. Anunciando como uma deliberação final, O Cons. Gilberto apresentou o último ponto de pauta que havia ficado pendente de deliberação. Submeteu à aprovação do plenário a solicitação para a confecção de um "press kit" institucional, detalhando que o mesmo seria composto por canetas e outros materiais. Explicou que o objetivo da iniciativa era o de reforçar a marca do Conselho, por meio da distribuição desses materiais em eventos e em contatos com a imprensa. Após apresentar a proposta, questionou se havia alguma objeção.

Encaminhamento: Não havendo manifestações contrárias, declarou a

solicitação para a confecção do presskit aprovada por unanimidade.

Encerradas todas as deliberações, o conselheiro Gilberto agradeceu a

presença e a contribuição de todos os conselheiros, colaboradores e

demais participantes, tanto os presentes fisicamente quanto os que

acompanhavam a reunião de forma remota. Registrhou a extensão dos

trabalhos, que se iniciaram às 14 horas, e constatou que a reunião se

encerrava pontualmente no horário previsto, às 19 horas e 30 minutos.

Por fim, antes de encerrar formalmente os trabalhos, convocou a todos

para o evento de planejamento estratégico, agendado para ter início às 9

horas do dia seguinte.

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO: PESSOA FÍSICA - INSCRIÇÃO PRINCIPAL E DEFINITIVA:

ABI-ACKELL MIGDAL
EDER BEZERRA SILVA DA FÉ CRP-08/46307; AMANDA SANCHEZ PIRES CRP-08/46280; ANA JÚLIA DE OLIVEIRA MAIA CRP-08/46264; ANDREA MARIA CAMPOS CRP-08/46304; ANGELICA FERREIRA DOS SANTOS LABRES CRP-08/46294; BRUNA DE MORAES RODRIGUES CRP08/46323; BRUNA LOPES PIMENTA NEVES CRP-08/46275; BRUNA MORATO CORDEIRO RODRIGUES CRP-08/46271; CAROLINA CENSI CRP-08/46292;

CATIA DO NASCIMENTO OLIVEIRA CRP-08/46270; EMANUELLE GIACOMET CRP-08/46314; ENYKELLY LOPES DA SILVA CRP-08/46327; FRANCIAHEIDEN RIOS CRP-08/46285; GABRIELA WALESKO ALVES CRP-08/46276; GERMANICE NUNES DE SOUSA CRP-08/46293; GHIOVANA BALABUCH DE OLIVEIRA CRP-08/46274; GISELE DAYANA MARIANO VIANTE CRP-08/46283; GLAUCIA FERNANDA MACEDO DE OLIVEIRA CRP-08/46290; GLEICE MARA BRISOLARA SILVEIRA CRP-08/46281; GRAZIELA APARECIDA PAVINATO CRP-08/46326; JUCIMAR SILVA DE FARIAS CRP-08/46268; JULIA CAROLINA LASTA CRP-08/46313; KATHLEN MACHADO DE OLIVEIRA CRP-08/46279; KETLIN VANESSA KASPEROVICUS DE SOUZA CRP-08/46309; KETLYN DA SILVA GOBE CRP-08/46317; LAURA KOPACHESKI STAMM CRP-08/46278; LETICIA PAVAN CRP-08/46325; LUIDY DAVID DA SILVA CRP-08/46308; LUIZ FERNANDO MACHADO CRP-08/46315; LUIZ GUSTAVO HOSSEN LIMA CRP08/46297; LUIZA BOEING LUCKEMEYER GUIMARAES CRP-08/46282; LUIZA LOPES TORRES CRP-08/46312; LUZINETE APARECIDA SILVA CRP08/46291; MARIA EDUARDA DOS SANTOS XAVIER CRP-08/46298; MARIA JULIA VIEIRA DOS SANTOS CRP-08/46300; MARLENE SILVA DE LIMA CRP08/46324; MARÍLIA BERTINATO BACH CRP-08/46273; MEG EMILY CORRÊA BORGERT CRP-08/46284; MISLAINE MANOSSO GUSE CRP-08/46330; NAYARA CRISTINA SPERANCETA CRP-08/46321; PAMELA CRISTINA TREVIZAN ALBIERI OLIVEIRA CRP-08/46328; PEDRO AMBROSIO BENKO CRP-08/46329; PRISCILLA RAMOS DE OLIVEIRA DA SILVA CRP-08/46318; RAIANE CAROLINE SABINO DA SILVA MENDONÇA CRP-08/46320; SABRINA VELLOSO MACHADO CRP-08/46301; TATIANA ALEXANDRA RUDOLF GARCIA CRP-08/46272; TERESA CRISTINA ZAQUEU VENDRAMINI CRP08/46305; THAINA DE OLIVEIRA ROCHA CRP-08/46265; VINICIUS CARVALHO DE OLIVEIRA CRP-08/46322; VIVIANE GIONGO MARTINS DA SILVA CRP-08/46319; YURI LIMA PASCOAL DOS SANTOS CRP-08/46289. **ALTERAÇÃO DE CIP PROVISÓRIA PARA DEFINITIVA:** AIMEE CESIA FERREIRA HUAMÁN CRP-08/39186; ALINE FRANCIELLI CHIES CIQUELERO CRP-08/40981; AMANDA JÚLIA KERCHNER ZAMADEI CRP-08/40095; AMANDA MAGALHÃES CRP-08/46049; AMANDA ROCHA DE SOUZA CRP08/42834; ANA BEATRIZ BATISTA LOPES CRP-08/40407; ANA VALÉRIA PEREZ MACHADO CRP-08/40086; ANANDA MAQUEHUE CRP-08/39983; ANDREY OLIVO SCHAUS VILLANI CRP-08/41581; ANGELICA GIZELE HAMERSCHMIDT CRP-08/40004; ANNA JULIA GUIMARAES DA SILVA CRP08/45968; ARIANE DE MORAES BARBOSA CRP-08/45588; BÁRBARA GUEDES GIMENES CRP-08/41370; BELONI ORTOLAN PAIXÃO CRP08/40009; BRENDA HORNING BZUNEK CRP-08/45987; CAMILA BARROS REIS SILVA CRP-08/41110; CAROLINE FERREIRA DA SILVA RODRIGUES CRP-08/42496; CAROLINE VIEIRA NUNES MENDONÇA CRP-08/40148; DANIELE BEATRIZ SANDI CRP-08/42457; DANIELE CRISTIANE MAIER CRP08/44369; DANIELLE KACHUBA ANTUNES CRP-08/40048; DOUGLAS RODRIGO DE QUADRO CRP-08/42722; EDUARDA FERREIRA DE GOES CRP-08/45992; FLÁVIA MACIEL BUIAR CRP-08/43356; GABRIELA INACIA BRASIL CRP-08/43607; GABRIELA NOMURA BARBOSA NAGASAWA

CRP08/45902; GIOVANNA FISCHER STEIL CRP-08/40075; ISABELA DIAS LLANOS CRP-08/44206; JULIANA PIMENTEL DE OLIVEIRA CRP-08/45720; JULIETE PERES DA SILVA CRP-08/41193; JÚLIA SOFIA RICCI DE OLIVEIRA CRP-08/42720; KATIA RODRIGUES MONTALVÃO PAIAS CRP-08/45571; KELLY HLATCZUK DOS SANTOS CRP-08/45969; LEILA LUZIA MONARIN CRP-08/45964; LÍVIA BEATRIZ FROMOHLIS CRP-08/39995; LUCAS GABRIEL MATOS CRP-08/43829; LUISA FERNANDA ALVES NASCIMENTO CRP08/44640; MANOELLA MANHÃES BARBIERI CRP-08/39946; MARIANA ADRIANO DUARTE RICCI CRP-08/45885; MARIANA MACHADO FONSECA CRP-08/40286; MÁRCIA GONZALEZ MARTINS MEDEIROS CRP-08/43330; MELLYSSA SLOMPO BISPO CRP-08/43454; MILENA DE FATIMA ESCOLARO CRP-08/40090; MONISE RAFAELA DA SILVA TODON CRP-08/42400; PAMELA JULIA BINI CRP-08/40534; PAULA CRISTINA MUNHOS CARDOSO DE LIMA CRP-08/39791; PRISCILA ALVES FERREIRA CRP-08/46209; RAFAELA FERREIRA GASPARINI CRP-08/44292; RITA DE CASSIA NATAL CRP08/45869; ROBSON DE OLIVEIRA CRP-08/44165; ROSA KIOKO IIDA DA SILVA CRP-08/46207; ROSANGELA COLAÇO CRP-08/44011; SHEILA FERMINO CRP-08/41810; STHÉFANY CUNHA PELIÇARO CRP-08/41744; THAMires ANDREZA MENDES CRP-08/46233; THAYNA LETICIA RIBEIRO CRP08/41366; TONY I RON TSAI CRP-08/45859; VINÍCIUS BRANDALISE VALENTE CRP-08/46124. **TRANSFERÊNCIA:** CAROLINE FELIPE DA SILVA LIMA CRP-08/46310; DEBORA SILVEIRA CANTÃO DIAS RIBEIRO CRP08/46295; ELAINE CRISTINA CUNHA CRP-08/46287; ELAINE CRISTINA DE OLIVEIRA CRP-08/46299; GABRIELA SILVEIRA DE PAULA RAVAGNANI CRP08/46311; HEMILLY KRISTINA OLDONI CRP-08/46303; LARA PRAXEDES BRANDÃO CRP-08/46316; LORANE THEREZA DE SOUZA CRP-08/46266; MARJORIE MARBLY MIRANDA NUNES CRP-08/46288; MICKAELLA RAMOS DOS SANTOS CRP-08/46269; MOEMA COSTA CAVALCANTE CRP-08/46286; NEIVA SOARES DE ALMEIDA MELO CRP-08/46296; RENATA CHRISTO RODRIGUES CRP-08/46277; THAIS DA SILVA ALVES CRP-08/46302. **REATIVAÇÃO:** ADEMIR MOREIRA BUENO CRP-08/05841; ALEX SANDRO BARÊA CRP-08/39450; ANDERSEN BONIOLI CRP-08/29142; CAROLINE CONOR KAWASE CRP-08/22341; CAROLINE DUCCINI DE JESUS CRP08/38872; CILENE KRAUCZUK CRP-08/23768; CRISTINE PERRETTO CRP08/07808; DAIANE DA SILVA ALVES CRP-08/29149; DANIELA CORTES CLEVE MARTINI CRP-08/18613; DENISE REZENDE BARZOTTO CRP08/17176; ELIANE MARTINS DOS SANTOS CRP-08/30486; ELISA PLASSE KRUL CRP-08/24057; FABIANA DE LOURDES MORCH CRP-08/12636; FABIANE RODRIGUES REICHERT LUNKES CRP-08/13014; FRANCINE MARIANO DOS SANTOS SOSTER CRP-08/09361; GRACIELI DAIANE MARCANTE MOTTA CRP-08/22489; GRAZIELI APARECIDA GONÇALVES CRP-08/22474; JESSICA ANNE ARAUJO SILVA ALLEBRANDT CRP-08/20982; JESLEY ROBERTO DE MELLO CRP-08/39195; JOAO ERNESTO SOUZA CORDEIRO CRP-08/26746; LILIANE URBANSKI CRP-08/18401; MARIA REJANE DE BRITTO ESPINDULA MAINARDI CRP-08/02606; MARIANA MARCELINO SOARES CRP-08/38716; NATALI DE

BRITO OLIVEIRA CRP08/26115; REGINA MARIA MIRANDA RASOTO CRP-08/07577; RENATA KAMINSKI CRP-08/33596; SHEILA DE SOUZA ALVES CRP-08/25605; TATIANE MAISA FRANCO ANSELMO LUIZ CRP-08/29563; TAUANE ALVES DOS MÁRTIRES COSTA CRP-08/37628; VANESSA DERING FREITAS CRP08/25424; VANESSA ELISE GAGLIOTTO CRP-08/22822.

REATIVAÇÃO POR TRANSFERÊNCIA: ALINE MIAZZO PRADO CRP-08/15401; ANA PAULA VIEIRA PEPE SOUZA CRP-08/06927; ANA PRISCILLA VENDRAMINI CRP08/26262; BRUNA LAILA DE SOUZA CRP-08/26399; JEFERSON DOUGLAS DE LIMA ORLANDI CRP-08/26362. **2ª VIA CIP:** ADILSON MIGUEL ROMANIO CRP-08/12010; ANA PAULA GOMES CHAGAS BRAUZA CRP-08/32147; ANA PAULA NUNES BORGES CRP-08/25976; ANDRIELLE BATISTA GONÇALVES CRP-08/32046; BRUNA MACEDO DE MOURA FERREIRA CRP-08/24831; CASSIELE AZEVEDO DA SILVA CRP-08/25957; EDINALDO MALTA DA SILVA CRP-08/14397; FERNANDA TORGAN SOUZA CRP-08/32037; GERALDO BARANOSKI CRP-08/34312; GIOVANNA DE SOUZA GOUVEIA BRITTES CRP08/34476; IAN BANDEIRA DE OLIVEIRA CRP-08/37712; ILIANI KROLL ZANINELLI CRP-08/23901; IZABELA ESPIRITO SANTO BORGES CRP08/25787; JACIENE APARECIDA CORDEIRO TORTELLI CRP-08/29873; JOÃO PEDRO COUTINHO AMARAL DE SOUZA CUSTODIO CRP-08/39927; JULIANA TOSTI LEMES ROMERO CRP-08/27646; KAMILA DOS SANTOS SIMÃO KRYNCZAK CRP-08/27705; LARISSA LOURENÇO CRP-08/37226; LUCIANA APARECIDA DA SILVA CRP-08/23643; LUCIANA SILVA ALONSO CRP08/12077; MARIA EDUARDA PASCOALETTO DE SOUZA CRP-08/30903; MARIANA ORSO VON DER OSTEN CRP-08/14823; TALISSA CHRISTIAN CAMPOS SERRA CRP-08/39867; VALDILENE LOPES DOS SANTOS CRP08/23641. **INSCRIÇÃO SECUNDÁRIA:** EMILI BARTMANN NEUENFELD CRP08/IS-1032; FLAVIO CELSO MACHADO CRP-08/IS-1037; JÉSSICA BARBOSA GIROTO CRP-08/IS-1031; JOSINEIDE ARAUJO PAIVA CRP-08/IS-1034; JÚLIA VIEIRA LIPERT PAZZIM CRP-08/IS-1030; KAREN DANIEL DA SILVA CRP08/IS-1029; KARINA FAUSTINO BERNINI CRP-08/IS-1036; MARINA INES AVELINO DA CRUZ CRP-08/IS-1035; MIKELI MALAQUIAS BERTOLETI CRP08/IS-1038; SULIANNE ALMEIDA CAMPOS CRP-08/IS-1033; YAGO FELIPE HENNICH CRP-08/IS-1028.

ISENÇÃO: ADRIANA MARIA ALVES CRP08/08343; ANA CLAUDIA NEVES CRP-08/40742; ANA CLAUDIA PAGANI CRP08/18076; JULIANY FABIANO DOS SANTOS CRP-08/21436. **CANCELAMENTO:** ADRIANA CARLA ZIBETTI CRP-08/04603; ADRIANA PAULA VIEIRA SOARES CRP-08/24419; ALEXANDRA FERREIRA GODINHO CRP-08/14092; ALINE DE ALMEIDA CRP-08/32948; ANDREIA MIGLIORINI LUIZÃO CRP-08/17804; BEATRIZ PATRICIA WOINAROVICZ CRP-08/IS-666; BRUNO EDUARDO PROCOPIUK WALTER CRP-08/13507; CAMILA LEMES MICHALSKI CRP-08/37270; ELAINE CRISTINA DO CARMO CALDEIRA CRP08/43603; FELIPE ZOLONDEK CRP-08/29728; FLAVIA MARIA DE ANDRADE FAVARO CRP-08/26308; FRANCIELLY MARA RAEL CRP-08/38921; HANNE JANE SCHONROCK CRP-08/13030; IARA GOMES DE CASTRO CRP08/39310; JACKSON SILVA RIBEIRO CRP-08/46306; JESSICA ALINE DOS SANTOS DOMINGOS CRP-

08/39531; JULIANY FABIANO DOS SANTOS CRP08/21436; LETICIA COUTINHO MARQUES CRP-08/39601; LETICIA PEREIRA DA COSTA GOIS NOGUEIRA CRP-08/08226; MARINA TROPIA FONSECA CARIOBA ARNDT CRP-08/16307; PEDRO AUGUSTO GOMES ACHETE CRP08/37027; RAFAELA ANA ZUNTINI COSTA CRP-08/45770; VIVIANE E SILVA CRP-08/27967; VIVIANE DE JESUS SCHON CRP-08/29194. **PESSOA JURÍDICA - CADASTRO E REGISTRO:** ADG SOLUCOES EM SAUDE LTDA CRP-08/PJ-04545; AFETO CLINICA DE ACOLHIMENTO E INTERVENCAO MULTIDISCIPLINAR LTDA CRP-08/PJ-04524; ALISSON BAHR PSICOLOGIA LTDA CRP-08/PJ-04535; ANCORAR LB LTDA CRP-08/PJ-04483; ANDRE CAZE NEUROPSICOLOGIA E PSICOLOGIA LTDA CRP-08/PJ-04498; ANDREIA GARCIAS PSICOLOGIA LTDA CRP-08/PJ-04533; ANDREIA VIDAL CAMARGO SERVIÇOS DE PSICOLOGIA LTDA CRP-08/PJ-04536; ANDRESSA THAIZE GROSSL PSICOLOGA LIMITADA CRP-08/PJ-04522; ASSOCIACAO DE AMPARO SOCIAL AOS CARENTES - PROJETO MORIAH CRP-08/PJ-04543; ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PARANAGUA CRP-08/PJ-04489; BARBARA MACEDO - SERVIÇOS DE PSICOLOGIA CRP08/PJ-04511; CAPE R.I.E. LTDA CRP-08/PJ-04540; CAYO VIEIRA PSICOLOGIA E PSICANALISE LTDA CRP-08/PJ-04547; CCP CLINICA DE CIRURGIA DE CABECA E PESCOCO LTDA CRP-08/PJ-04512; CLINICA BRASILEIRA DE NEURODESENVOLVIMENTO E PARTICIPAÇÃO LTDA CRP08/PJ-04478; CLINICA DE PSICOLOGIA MELISSA JANNUZZI LTDA CRP08/PJ-04504; CLINICA INSTITUTO PSICOSSOCIAL PARANA LTDA CRP08/PJ-04531; CLINICA MULTICISCIPLINAR ANCORAR LTDA CRP-08/PJ04521; CLINICA SABER E SAUDE CE CRP-08/PJ-04548; CLINICA TERAPEUTICA APRENDER PARA EVOLUIR LTDA CRP-08/PJ-04516; CLINICA VIVAVIDA BEM- ESTAR E SAUDE LTDA CRP-08/PJ-04514; CLÍNICA DE PSICOLOGIA PAULA LUIZA SENNA LTDA CRP-08/PJ-04534; CLÍNICA DE PSICOLOGIA PSIQUIQUE MENTE E CORPO LTDA CRP-08/PJ-04515; CLÍNICA MARILZA MATOS LTDA CRP-08/PJ-04539; CLÍNICA ZENIT LTDA CRP-08/PJ04520; CRESCER E SER ESPAÇO TERAPEUTICO LTDA CRP-08/PJ-04546; DENISE WALDER FEROLLA LTDA CRP-08/PJ-04509; DOMINIO INSTITUTO COMPORTAMENTAL LTDA CRP-08/PJ-04542; DÉCIO MACHADO DE OLIVEIRA CRP-08/PJ-04502; ELIZABETH ANTAL RODRIGUES CRP-08/PJ04508; ENCONTRE-SE PSICOLOGIA LTDA CRP-08/PJ-04523; ESPACO TERAPEUTICO AQUILA CRIANDO ASAS LTDA CRP-08/PJ-04532; FREITAS E GARCIA LTDA CRP-08/PJ-04541; ID LLANOS CRP-08/PJ-04537; J MARQUES PSICOLOGIA E SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA CRP-08/PJ-04485; J.R. RAMOS LTDA CRP-08/PJ-04526; JEFFERSON SOUZA NETO E DAIANE FELETTE LTDA CRP-08/PJ-04518; JESSICA MAYARA DE OLIVEIRA LTDA CRP-08/PJ04505; JESSICA TONIOTI DA PURIFICACAO LTDA CRP-08/PJ-04506; JULIANA FERNANDES DUTTON DA SILVA LTDA CRP-08/PJ-04482; L. ZANFRILLI PSICOLOGIA CRP-08/PJ-04510; LALIVE CURSOS E CLINICA LTDA CRP-08/PJ-04494; LARA CARNEIRO BOARON LTDA CRP-08/PJ-04529; LETICIA EDLING SCHADE LTDA CRP-08/PJ-04530; LIA CHRISTIE SIBENEICHLER CRP-08/PJ-04495; LORENZO PABST PSICOLOGIA LTDA CRP-

08/PJ-04527; LUXVIDA GESTAO E SAUDE LTDA CRP-08/PJ-04487; M. S. LEME PSICOLOGIA LTDA CRP-08/PJ-04501; MELLYSSA S BISPO PSICOLOGIA LTDA CRP-08/PJ-04507; MOURA CASSOU LTDA CRP-08/PJ04525; NADINE TAMIRE BOLL PSICOLOGA LTDA CRP-08/PJ-04497; NATALIA YUME MIYAKI FUCHS LTDA CRP-08/PJ-04484; NEIDE EVANGELISTA DE MACEDO LTDA CRP-08/PJ-04538; NEUROREADAPTAR MARINGA LTDA CRP-08/PJ-04480; NUCLEO DE DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM LTDA CRP-08/PJ-04499; POLICLÍNICA TRÍADE LTDA CRP08/PJ-04517; PSICO KAREN ALMEIDA LTDA CRP-08/PJ-04500; PSICOLOGIA CLINICA SOCIEDADE SIMPLES LTDA CRP-08/PJ-04481; PSICOLOGIA LETICIA RONSANI LTDA CRP-08/PJ-04544; R2 NEURO LTDA CRP-08/PJ04496; ROMEU G. CARNEIRO LTDA CRP-08/PJ-04503; ROSANA KEILA DE MELLO LTDA CRP-08/PJ-04479; SERVICOS DE PSICOLOGIA EMANUELA LIMA LTDA CRP-08/PJ-04513; SFORMI PSICOLOGIA LTDA CRP-08/PJ-04486; TAYNA FOLHCINI DORO PSICOLOGIA LTDA CRP-08/PJ-04477; TDR PSICOLOGIA LTDA CRP-08/PJ-04491; TRANSVERSAL PSICOLOGIA LTDA CRP-08/PJ-04549; TSAI PSICOLOGIA LTDA CRP-08/PJ-04492; UNIMED PONTA GROSSA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO CRP-08/PJ-04519; VANESSA SHIGUNOV LTDA CRP-08/PJ-04490; VIRISSIMO CLÍNICA INTEGRADA LTDA CRP-08/PJ-04488; VIVA MENTE LTDA CRP-08/PJ-04528. **RENOVAÇÃO DE CERTIFICADO:** ADG SOLUCOES EM SAUDE LTDA CRP08/PJ-04545; AFETO CLINICA DE ACOLHIMENTO E INTERVENCAO MULTIDISCIPLINAR LTDA CRP-08/PJ-04524; ALINE CRISTINA ARAUJO VARGAS CRP-08/PJ-01752; ALISSON BAHR PSICOLOGIA LTDA CRP-08/PJ04535; ANCORAR LB LTDA CRP-08/PJ-04483; ANDRE CAZE NEUROPSICOLOGIA E PSICOLOGIA LTDA CRP-08/PJ-04498; ANDRE CAZE PSICOLOGIA E NEUROPSICOLOGIA LTDA CRP-08/PJ-03734; ANDREIA GARCIAS PSICOLOGIA LTDA CRP-08/PJ-04533; ANDREIA VIDAL CAMARGO SERVIÇOS DE PSICOLOGIA LTDA CRP-08/PJ-04536; ANDRESSA THAIZE GROSSL PSICOLOGA LIMITADA CRP-08/PJ-04522; ARAUCARIA HABILITACAO, PERICIAS MEDICAS E PSICOLOGICAS LTDA CRP-08/PJ00681; ASSOCIACAO DE AMPARO SOCIAL AOS CARENTES - PROJETO MORIAH CRP-08/PJ-04543; ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS CRP-08/PJ-01598; ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PARANAGUA CRP-08/PJ-04489; B C PSICOLOGIA LTDA CRP-08/PJ-03486; BARBARA MACEDO - SERVIÇOS DE PSICOLOGIA CRP08/PJ-04511; CAPE R.I.E. LTDA CRP-08/PJ-04540; CAYO VIEIRA PSICOLOGIA E PSICANALISE LTDA CRP-08/PJ-04547; CCP CLINICA DE CIRURGIA DE CABECA E PESCOCO LTDA CRP-08/PJ-04512; CENTRO DE ESPECIALIDADES MEDICAS ECOVILLE LTDA CRP-08/PJ-01533; CENTRO DE ORIENTACAO E CONTROLE DE EXCEPCIONAIS DE CTBA CRP-08/PJ01543; CLINICA BRASILEIRA DE NEURODESENVOLVIMENTO E PARTICIPAÇÃO LTDA CRP-08/PJ-04478; CLINICA DE PSICOLOGIA MELISSA JANNUZZI LTDA CRP-08/PJ-04504; CLINICA DE REABILITACAO SONHO MAGICO LTDA CRP-08/PJ-02503; CLINICA DO TRANSITO DE LONDRINA LTDA CRP-08/PJ-00611; CLINICA INSTITUTO PSICOSSOCIAL PARANA LTDA CRP-08/PJ-04531; CLINICA

MEDICA E PSICOLOGICA DE TRANSITO VIAMED SAO JOSE DOS PINHAIS LTDA CRP-08/PJ-04271; CLINICA MULTICISCIPLINAR ANCORAR LTDA CRP-08/PJ-04521; CLINICA SABER E SAUDE CE CRP-08/PJ-04548; CLINICA SALUTAR LTDA CRP-08/PJ-01314; CLINICA TERAPEUTICA APRENDER PARA EVOLUIR LTDA CRP-08/PJ-04516; CLINICA VIVAVIDA BEM- ESTAR E SAUDE LTDA CRP-08/PJ-04514; CLÍNICA DE PSICOLOGIA PAULA LUIZA SENNA LTDA CRP-08/PJ-04534; CLÍNICA DE PSICOLOGIA PSIQUE MENTE E CORPO LTDA CRP-08/PJ-04515; CLÍNICA MARILZA MATOS LTDA CRP-08/PJ-04539; CLÍNICA ZENIT LTDA CRP-08/PJ04520; CRESCER E SER ESPAÇO TERAPEUTICO LTDA CRP-08/PJ-04546; DAGNONI & GASparelli - CLINICA MEDICA E PSICOLOGIA LTDA CRP08/PJ-00630; DEBORA THOMAZINE DE GODOY DALMOLIN CLINICA MEDICA EIRELI - ME CRP-08/PJ-01178; DENISE WALDER FEROLLA LTDA CRP-08/PJ04509; DOMINIO INSTITUTO COMPORTAMENTAL LTDA CRP-08/PJ-04542; DÉCIO MACHADO DE OLIVEIRA CRP-08/PJ-04502; EDEK FRANCISCO DE MATTOS DA LUZ CLINICA MEDICA E PSICOLOGICA - LTDA - ME CRP-08/PJ01298; EFETIVAMENTE CENTRO DE ESPECIALIDADES INTEGRADAS LTDA CRP-08/PJ-03934; ELDER LUIS DEDEMO BOARETTO CLINICA DO TRANSITO EIRELI CRP-08/PJ-01623; ELDER LUIS DEDEMO BOARETTO EIRELI CRP-08/PJ-01623-F01; ELISA RIBEIRO SERVICOS DE PSICOLOGIA LTDA CRP-08/PJ-03116; ELIZABETH ANTAL RODRIGUES CRP-08/PJ-04508; ELPIS CONSULTORIO DE PSICOLOGIA LTDA CRP-08/PJ-03522; ENCONTRE-SE PSICOLOGIA LTDA CRP-08/PJ-04523; ESPACO A PSICOLOGIA LTDA CRP-08/PJ-02772; ESPACO TERAPEUTICO AQUILA CRIANDO ASAS LTDA CRP-08/PJ-04532; FOCO SERVICOS DE PSICOLOGIA E DESENVOLVIMENTO HUMANO LTDA CRP-08/PJ-02328; FREITAS E GARCIA LTDA CRP-08/PJ-04541; ID LLANOS CRP-08/PJ-04537; IMAC INSTITUTO MULTIPROFISSIONAL DE ANALISE DO COMPORTAMENTO LTDA CRP-08/PJ-02399; INSPIRAR PSICOLOGIA LTDA CRP-08/PJ-02169; INSTITUTO MOMENTTO LTDA CRP-08/PJ-00908; ITC INSTITUTO TERAPEUTICO DE CURITIBA LTDA CRP-08/PJ-00123; ITC INSTITUTO TERAPEUTICO DE CURITIBA LTDA CRP-08/PJ-00123-F02; J MARQUES PSICOLOGIA E SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA CRP-08/PJ-04485; J.R. RAMOS LTDA CRP-08/PJ-04526; JEFFERSON SOUZA NETO E DAIANE FELETTE LTDA CRP-08/PJ-04518; JESSICA AZEVEDO TERAPEUTA OCUPACIONAL LTDA CRP-08/PJ-03900; JESSICA MAYARA DE OLIVEIRA LTDA CRP-08/PJ04505; JESSICA TONIOTI DA PURIFICACAO LTDA CRP-08/PJ-04506; JULIANA FERNANDES DUTTON DA SILVA LTDA CRP-08/PJ-04482; L. ZANFRILLI PSICOLOGIA CRP-08/PJ-04510; LALIVE CURSOS E CLINICA LTDA CRP-08/PJ-04494; LARA CARNEIRO BOARON LTDA CRP-08/PJ-04529; LETICIA EDLING SCHADE LTDA CRP-08/PJ-04530; LIA CHRISTIE SIBENEICHLER CRP-08/PJ-04495; LORENZO PABST PSICOLOGIA LTDA CRP-08/PJ-04527; LUXVIDA GESTÃO E SAUDE LTDA CRP-08/PJ-04487; M. S. LEME PSICOLOGIA LTDA CRP-08/PJ-04501; MEDTRAFF CLINICA DE MEDICINA E PSICOLOGIA DO TRAFEGO LTDA CRP-08/PJ-03595; MELLYSSA S BISPO PSICOLOGIA LTDA CRP-08/PJ-04507; MOURA CASSOU LTDA CRP08/PJ-04525; NADINE TAMires BOLL

PSICOLOGA LTDA CRP-08/PJ-04497; NATALIA YUME MIYAKI FUCHS LTDA CRP-08/PJ-04484; NEIDE EVANGELISTA DE MACEDO LTDA CRP-08/PJ-04538; NEUROREADAPTAR LTDA CRP-08/PJ-03454; NEUROREADAPTAR MARINGA LTDA CRP-08/PJ-04480; NOVA CLINICA LONDRINA LTDA CRP-08/PJ-01048; NUCLEO DE DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM LTDA CRP-08/PJ-04499; PALOMA DE OLIVEIRA PSICOLOGIA CRP-08/PJ-02537; PARANAGUA CLINICA MEDICA E PSICOLOGICA LTDA CRP-08/PJ-01406; POLICLÍNICA TRÍADE LTDA CRP-08/PJ-04517; POSITRAN CLINICA MEDICA E PSICOLOGICA LTDA CRP-08/PJ-01407; PSICO KAREN ALMEIDA LTDA CRP-08/PJ-04500; PSICOLOGIA CLINICA SOCIEDADE SIMPLES LTDA CRP-08/PJ-04481; PSICOLOGIA LETICIA RONSANI LTDA CRP-08/PJ-04544; R2 NEURO LTDA CRP-08/PJ-04496; RECONDUZA - MEDICINA & PSICOLOGIA DO TRANSITO LTDA CRP-08/PJ-00486; ROMEU G. CARNEIRO LTDA CRP-08/PJ-04503; ROSANA KEILA DE MELLO LTDA CRP-08/PJ-04479; RRS CLINICA DE PSICOLOGIA LTDA CRP-08/PJ-02423; SAÚDE BATEL - CLÍNICA DE RECUP FISICA E MENTAL S/C LTDA CRP-08/PJ-00127; SCHIMITE & ROSSONI PSICOLOGIA LTDA CRP-08/PJ-02512; SERVICOS DE PSICOLOGIA EMANUELA LIMA LTDA CRP-08/PJ-04513; SFORMI PSICOLOGIA LTDA CRP-08/PJ-04486; SIGA CLINICA MEDICA E PSICOLOGICA LTDA CRP-08/PJ-01895; SIGNIFICAR CONSULTORIA EIRELI CRP-08/PJ-01386; TAYNA FOLHCINI DORO PSICOLOGIA LTDA CRP-08/PJ-04477; TDR PSICOLOGIA LTDA CRP-08/PJ-04491; THELMA DEL COR D. DE MELLO CRP-08/PJ-02235; THEVES PSICOLOGIA LTDA. CRP-08/PJ-02574; TRANSVERSAL PSICOLOGIA LTDA CRP-08/PJ-04549; TSAI PSICOLOGIA LTDA CRP-08/PJ-04492; UNIÃO DE PROFISSIONAIS PARA ATENDIMENTO DO EXCEPCIONAL CRP-08/PJ-01557; UNIMED PONTA GROSSA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO CRP-08/PJ-04519; VANESSA SHIGUNOV LTDA CRP-08/PJ-04490; VIRISSIMO CLÍNICA INTEGRADA LTDA CRP-08/PJ-04488; VIVA MENTE LTDA CRP-08/PJ-04528.

Solicitação de Registro de Especialista: Psic. RAFAELA APARECIDA LEAL DE OLIVEIRA CRP-08/31302: Com base no relatório do Parecer nº 96/2025/08-SECS/08-GG, o qual indefere a solicitação de registro de especialista em Psicologia de Tráfego, após apreciação do processo, o plenário delibera o encaminhamento em grau de recurso ao Conselho Federal de Psicologia.

Solicitação de Registro de Especialista: Psic. FELIPE DA SILVA CRP08/26367: Com base no relatório do Parecer nº 100/2025/08-SECS/08-GG, o qual indefere a solicitação de registro de especialista em Psicologia de Tráfego, após apreciação do processo, o plenário delibera o encaminhamento em grau de recurso ao Conselho Federal de Psicologia.

Às 19h30m é encerrada a reunião Plenária e, nada mais tendo a relatar, eu, Rafaela Gomes da Silva, Assistente da Gerência Técnica, lavrei esta ata que vai assinada por mim e pela Cons. Psic. Marina Pires Alves Machado Sfreddo (CRP-08/10216), que secretariou a reunião. A lista de presenças vai anexada e passa a fazer parte integrante desta ata.



Documento assinado eletronicamente por **Rafaela Gomes da Silva, Assistente Gerência Técnica**, em 09/01/2026, às 16:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marina Pires Alves Machado Sfreddo, Usuário Externo**, em 09/01/2026, às 19:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 12, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
[http://sei.cfp.org.br/sei/controlador_externo.php?
acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.cfp.org.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2612216** e o código CRC **33A7CCDF**.

Referência: Processo nº 570800145.000001/2026-02

SEI nº 2612216